



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Lenna Carolina da Silva Solé Vernin

**CAMPO DE HISTÓRIAS E A BATALHA PELA MEMÓRIA:
USOS POSSÍVEIS DO CAMPO DE SANTANA NA PRÁTICA DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

UFRJ

08/2018



CIP - Catalogação na Publicação

dCDDc da Sila Solé Vernin, Lenna Carolina
CAMPO DE HISTÓRIAS E A BATALHA PELA MEMÓRIA: USOS
POSSÍVEIS DO CAMPO DE SANTANA NA PRÁTICA DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL / Lenna Carolina da Sila Solé
Vernin. -- Rio de Janeiro, 2018.
142 f.

Orientador: Marieta de Moraes Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de
Pós-Graduação em Ensino de História, 2018.

1. História. 2. Memória. 3. Patrimônio. 4. Ensino.
5. Jogo de memórias. I. de Moraes Ferreira, Marieta,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA
LENNA CAROLINA DA SILVA SOLÉ VERNIN

CAMPO DE HISTÓRIAS E A BATALHA PELA MEMÓRIA:
USOS POSSÍVEIS DO CAMPO DE SANTANA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL

RIO DE JANEIRO
2018

LENNA CAROLINA DA SILVA SOLÉ VERNIN

**CAMPO DE HISTÓRIAS E A BATALHA PELA MEMÓRIA
USOS POSSÍVEIS DO CAMPO DE SANTANA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL**

Dissertação apresentada
como exame de conclusão do Mestrado
Profissionalizante em Ensino de História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Marieta de Moraes Ferreira

RIO DE JANEIRO

2018

LENNA CAROLINA DA SILVA SOLÉ VERNIN

**CAMPO DE HISTÓRIAS E A BATALHA PELA MEMÓRIA
USOS POSSÍVEIS DO CAMPO DE SANTANA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL**

Dissertação apresentada
como exame de conclusão do Mestrado
Profissionalizante em Ensino de História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Data da aprovação: ____/____/_____

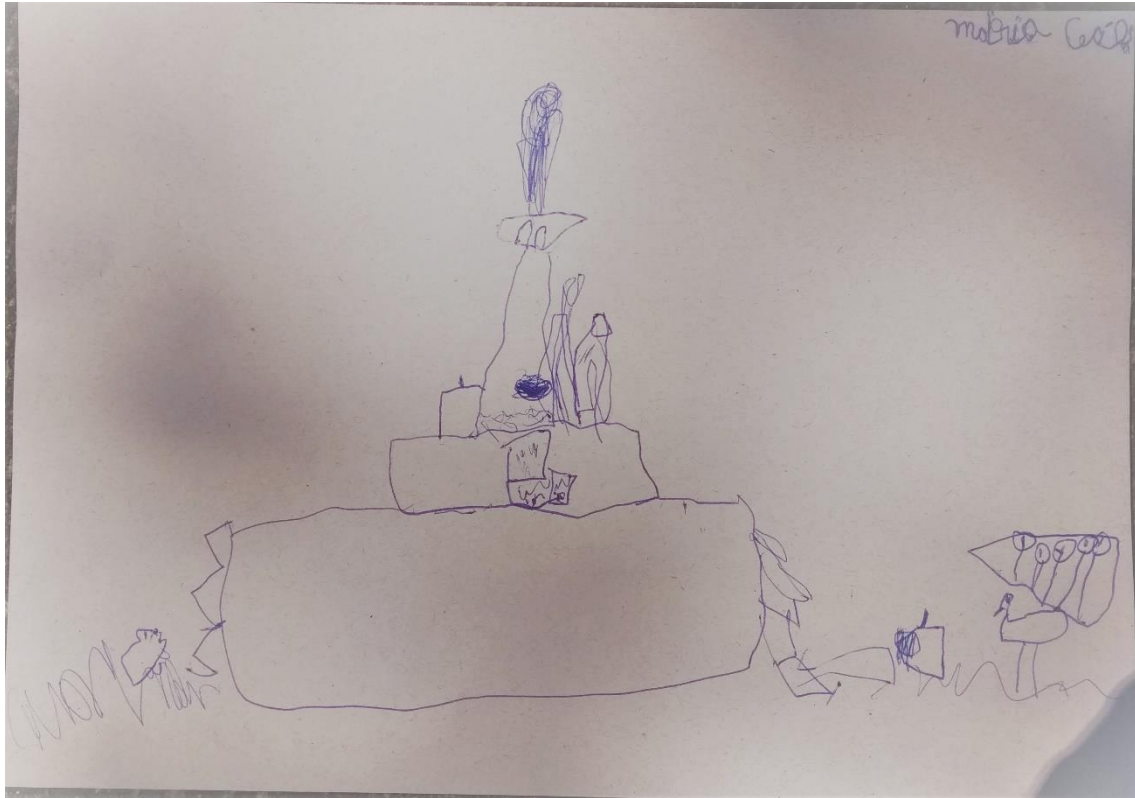
Membros da banca:

Orientadora: Dra. Marieta de Moraes Ferreira

.

Dra. Ana Maria Monteiro

Dra. Keila Grimberg



Monumento à Humanidade, cutia e pavão – Campo de Santana

Maria Cecília - 2017

Para Maria Cecília
que acha o Campo de Santana o lugar mais legal do nosso mundo.

RESUMO

VERNIN, Lenna Carolina da Silva. Campo de histórias e a batalha pela memória: usos possíveis do Campo de Santana na prática da educação patrimonial. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

O trabalho tem como objetivo traçar a trajetória das disputas pela memória da região do Campo de Santana no Centro do Rio de Janeiro. De arrabalde depósito de detritos no século XVIII ao Jardim romântico amputado por Vargas utilizado como passagem e despertador dos temores dos transeuntes contemporâneos, o Campo de Santana mudou inúmeras vezes sua toponímia. No entanto, a memória do carioca jamais incorporou os nomes para além daquele que remete a pequena igreja construída por escravos em devoção à avó de Jesus. Atualmente seu nome oficial é Praça da República, porém muitos visitantes não o reconhecem como tal e seguem perdidos em seu entorno buscando o Campo de Santana. Diante de tal impasse, esta pesquisa, além de analisar as tensões acerca do lugar de memória, as múltiplas camadas de tempo sobrepostas no espaço, tem como proposta um “Jogo de memórias” pedagógico que, trabalhado em conjunto com uma aula de campo, tem como objetivo de promover a apropriação do patrimônio histórico urbano. A partir das memórias prévias confrontadas com o conhecimento histórico são oferecidos subsídios para a formação de uma identidade positivada de agente na construção das histórias da cidade para o estudante do ensino médio, sobretudo os moradores das comunidades vizinhas, em especial o Morro da Providência, tão visceralmente ligado a história republicana.

Palavras – chave: Ensino de História, espaço urbano, memória, patrimônio, jogo de memórias.

Abstract

VERNIN, Lenna Carolina da Silva. Campo de histórias e a batalha pela memória: usos possíveis do Campo de Santana na prática da educação patrimonial. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

The objective of this work is to trace the history of the fights for the memory of the region of Campo de Santana in the Center of Rio de Janeiro. From the limit of the city deposit of debris in the eighteenth century to the romantic garden amputated by Presidente Vargas avenue used as a passage and alarm of the fears of contemporary passers-by, the Campo de Santana (Santana's Field) has changed its toponymic innumerable times. However, the memory of Carioca never incorporated the names beyond that which refers to the small church built by slaves in devotion to Jesus' grandmother. Currently its official name is Praça da República (Republic Square), but many visitors do not recognize it as such and remain lost in its surroundings searching the Campo de Santana. Faced with such an impasse, this research, besides analyzing the tensions about the place of memory, the multiple layers of time superimposed in space, also proposes a pedagogical "Memory game" with a technical visit in order to appropriate urban historical patrimony. From criticism to memory demands and appropriation of historical knowledge, subsidies are offered for the form of an identity for the student of the Ensino Médio (Middle School) especially the residents of neighboring communities, above all, Morro da Providência, so viscerally linked to republican history.

Keywords: Teaching of History, urban space, memory, patrimony, memory game.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a minha mãe, que realizou tantas tarefas em meu lugar para que esta dissertação pudesse ser realizada. Este suporte cotidiano valeu tanto quanto qualquer bibliografia!

Ofereço também minha gratidão ao meu marido Leonardo e minha filha Maria Cecília que vibraram comigo em cada passo desta pesquisa, ainda que ela representasse muitas ausências.

Não posso esquecer de Elaneide Antunes pela revisão textual, incentivo e orgulho de amiga de infância que sabe exatamente como é difícil chegar à Pós-graduação do lugar de onde viemos.

A minha orientadora Marieta de Moraes por me incentivar a concorrer por uma vaga no programa quando ainda assistia suas aulas como ouvinte e acreditava que não conseguiria. Suas palavras foram fundamentais! E ainda vieram acompanhadas da orientação.

A CAPES pela bolsa tão importante para estudantes trabalhadores.

Bianca pela formatação.

Solange e Júlia pela participação na aula de campo.

Luciana e Seu Sargento pelos depoimentos e risadas.

A cada um dos alunos que participou desta “brincadeira no quintal”.

Aos colegas da turma do ProfHistória pela “terapia de grupo” pelo WattsApp.

A todos os amigos que lembraram de mim quando passaram pelo Campo de Santana.

Ao Campo de Santana por estar no meu caminho.

Ao Rio de Janeiro com suas dores e delícias.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1 – Batalha pela memória.....	16
1.1 - Memória vivida.....	20
2 – Campo de Histórias.....	32
3 - Jogo de Memórias.....	47
3.1 – Metodologia.....	69
3.2 – Aplicação e desdobramentos do “Jogo de memórias”	70
3.3 – Panorama geral do público.....	74
3.4 – O uso do jogo de memórias.....	75
3.5 – No olho da rua.....	80
3.6 – Avaliação.....	99
Conclusão.....	105
Epílogo.....	108
Referências bibliográficas.....	109
Anexo 1.....	115
Anexo 2.....	116
Anexo 3.....	117
Anexo 4.....	119
Anexo 5.....	121
Anexo 6.....	122
Anexo 7.....	128

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu de inquietações suscitadas pela vivência; da necessidade de entender aquilo que a prática não respondia a professora e tão pouco aos alunos. Tendo como eixo a utilização do espaço urbano como fonte para a investigação histórica nas aulas de História, o trabalho volta-se para a indagação sobre como os lugares de memória e paisagens da cidade visitadas cotidianamente contribuem para a construção da memória dos discentes e é apreendido enquanto elemento constitutivo da identidade dos estudantes da rede pública.

O Campo de Santana se torna objeto de pesquisa pela peculiaridade de ter recebido variados acontecimentos históricos e intervenções em sua forma, se tornando um rico instrumento pedagógico para desnaturalizar as concepções de tempo linear, problematizar a noção de patrimônio e discutir as disputas entre as memórias, além de abordar os conteúdos de sobre a História do Brasil e da cidade do Rio Janeiro.

A necessidade de desenvolver um projeto pedagógico que permitisse aos alunos reconhecer a historicidade do espaço urbano surgiu a partir da observação da minha prática como professora. Locais próximos à escola apontados como palco de importantes eventos da história local e nacional, muitos deles frequentados pelos estudantes, não eram associados aos conteúdos devido a troca de nomes, paisagem circunjacente e função. Quando reconhecidos, estes referências históricas acionavam memórias completamente distintas daquelas selecionadas pela memória oficial da cidade.

Outra peculiaridade constatada foi a dificuldade dos jovens em localizar temporalmente os processos históricos apontados, posto que sua inscrição no conjunto arquitetônico se faz em camadas de tempo que desobedecem a ordem constante e linear apresentada nos materiais didáticos adotados pela escola e currículo oficial. Conforme podemos observar na análise de Koselleck:

Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Perguntemo-nos, então, como o presente foi colocado nesta posição central? A estreia do século XX fora deveras traumática: as duas guerras mundiais; as contestações dos jovens em 1968; o avanço da sociedade de consumo; a diluição das identidades nacionais; o avanço da globalização ressignificando o eixo espaço-tempo; o desapontamento com a perspectiva de futuro depositou a atenção no presente em detrimento das demais categorias de tempo – processo que possui como marco simbólico a queda do muro de Berlim, em 1989. Com isso o presente, tal qual criatura mitológica Oroboros, transformou-se na “serpente que engole a própria cauda”, encerrando-se numa contínua tentativa de consolidação e autofecundação.

Como sintoma deste fenômeno temos a emergência das múltiplas memórias e suas demandas identitárias numa incrível disputa pela produção de lugares de memória. Terminando por sobrepor-se, o presente "é o momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída"(NORA,1993,12). Dentre estas disputas, podemos destacar a batalha de memórias acerca do espaço onde a República fora proclamada por Deodoro em 1889 e, em seguida, renomeado como “Praça da República”. No entanto, nas memórias de alguns grupos da cidade do Rio de Janeiro sobrevive a toponímia colonial, isto é, Campo de Santana.

O Campo de Santana é hoje um parque público localizado na Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro. Nos tempos coloniais, conhecido como "Campo da Cidade".

Quando fundada no século XVI, a cidade do Rio de Janeiro limitava-se a bacia formada pelos morros de São Bento, Santo Antônio, Castelo e Conceição, tendo como limite a Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana. Desta feita, o até então Campo da Cidade, encontrava-se fora dos limites do incipiente nucleamento. Caracterizado como um grande areal repleto de cajueiros, com sulcos profundos no solo que formavam alagados, avançava em direção a outra área de difícil acesso, o Saco de São Diogo. Esta restinga provavelmente foi acessada diante da necessidade de formação de rebanhos para abastecer o povoamento inicial. Com isso, a grande área permaneceu desvalorizada e parcamente habitada, recebendo os despejos da primitiva urbe, funcionando como marco divisório entre a cidade e a zona rural. Mais tarde, veio a ser conhecido como Campo de São Domingos devido a pequena capela erguida em área cedida por uma das chácaras da região.

Em 1753, a região passou a ser conhecida como "Campo de Santana", nome originado da igreja nele construída, local de grande afluência de devotos, demolida em 1854.

Substituída pela primeira estação ferroviária urbana do Brasil -Estação Dom Pedro II - cede lugar em 1941 a atual Estação Central do Brasil.

No seu entorno, foram erguidos importantes edifícios em diferentes momentos da história como: o Palácio do Conde dos Arcos (1819), que foi sede por cem anos do Senado brasileiro, atual abrigo da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ; o prédio do Comando do Exército (1811); a sede da Prefeitura; a sede do Corpo de Bombeiros; a Escola Municipal Rivadávia Correia; a Casa da Moeda do Brasil (1863) – atual Arquivo Nacional; a Rádio MEC e a Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge.

A região foi palco de momentos marcantes da história do país, como a aclamação do imperador D. Pedro I do Brasil, a Proclamação da República Brasileira (a casa de Deodoro da Fonseca ficava em frente ao Campo de Santana) e os protestos da Revolta da Vacina. Em 1942, com a construção da Avenida Presidente Vargas, que derrubou algumas das construções do entorno, a praça foi dividida em duas.

O Comando do Exército (1937) e sede do Comando militar do Leste foi reconstruído como Palácio Duque de Caxias. Ao seu lado erigiu-se o Panteão de Duque de Caxias. No lado oposto, ficaram os jardins do Campo de Santana. Este grande passeio público fora arborizado e urbanizado em meados do século XIX, projetado pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou.

Como moradora do Centro do Rio de Janeiro a curiosidade sobre esta ilha verde em meio ao mar de concreto esteve comigo desde sempre. Para nós, o conjunto arquitetônico se torna muito próximo e presente na rotina, a ponto de se diluir e passar despercebido a muitos transeuntes. Este contato me levou a estudar História e retornar para as escolas públicas da Gamboa (Morro da Providência – CAIC Tiradentes) e Estácio (Morro do São Carlos – E.M. Mário Cláudio) desejando provocar estranhamento, isto é, um olhar mais atento voltado para este elemento da paisagem que, de tão próximo, tem sua imagem distorcida.

Para minha surpresa, as falas dos alunos apontavam na direção da repulsa ao patrimônio material do Centro da cidade. As más condições de conservação, experiências violentas associadas a certas localidades, falta de acesso a equipamentos culturais - imposta pelas barreiras de classe - péssimo atendimento prestado em serviços públicos oferecidos em prédios históricos entre tantas outras impressões negativas não oportunizam a reflexão sobre a importância do conjunto arquitetônico como uma fonte a ser investigada e, menos ainda, pensar sobre a historicidade do lugar onde vivem. A percepção de que o espaço escolar era

insuficiente para construir um conhecimento significativo, capaz de provocar reflexões que despertem o educando para seu potencial transformador da realidade me conduziu para exercícios educativos transgressores voltados para a prática da liberdade (hooks, 2013), dentre eles, a educação patrimonial.

Entendamos como transgressão a presença física de estudantes de favelas cariocas no centro da cidade, pois espaços impregnados de cultura lhes são constantemente negados, além de seus corpos negros e jovens representarem uma ameaça à sociedade que comete um verdadeiro genocídio contra este grupo. Diante disso, ultrapassar os muros escolares onde o Estado os confina e pretende controlar significa, além de uma prática extraclasse, um exercício de empoderamento do cidadão da periferia.

Preso em atividades tradicionais o conteúdo tornava-se um conjunto de palavras vazias, sem o menor sentido e descoladas da experiência. Bem como as abordagens históricas sem localização espacial pairavam suspensas no ar; intocáveis. Sair da escola e explorar a cidade era, portanto, indispensável.

A fim de ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem aproveitando a localização privilegiada das escolas onde atuo, inclui regularmente no planejamento aulas de campo, entre as quais a visita ao “Campo de Santana” e seu entorno costuma ser a mais complexa e produtiva. Como retorno são suscitadas uma série de questões acerca das múltiplas temporalidades inscritas neste espaço, as vicissitudes enfrentadas pela área do parque e a multiplicidade de usos historicamente aplicados e, sobretudo, a batalha de memórias tendo como arena o belo jardim projetado por Glaziou. A importância desta atividade reside muito mais nas dúvidas que provoca do que nos conteúdos abordados. Portanto:

Pensar aula como acontecimento é pensá-la como algo que deve significar um corte, uma ruptura, um deslocamento em relação à rotina, ao costume, ao cotidiano. Uma aula em seu sentido forte corta a vida de quem a vivenciou em dois momentos distintos, marca quem nela viveu, faz do espaço em que aconteceu um novo lugar. (ALBUQUERQUE JR, 2016, p. 30)

Assim, a paisagem conhecida apenas de passagem por boa parte dos cariocas, inclusive os vizinhos, passa a ser ressignificada através do convite para visitá-la atravessada pelo tempo. Mais do que falar sobre o passado, a aula de história deve ser um veículo de experimentação dos tempos em suas diferenças. Deve deslocar o objetivo do ensino da disciplina do civismo e da construção da identidade nacional para o multiculturalismo, cujo

norte é “preparar o aluno para conviver com o diferente, com o distante, com o estranho, com a alteridade, com a descontinuidade, com a mudança.”(IDEM, p.25). Provocar novos olhares e perspectivas sobre o patrimônio, analisando o momento de sua constituição no espaço e o momento em que o objeto é patrimonializado. Analisar sua rede de significados enquanto lugar de memória forjado na contemporaneidade. Colocar para o docente a pergunta “Porque ensinar história?”. Direcioná-lo para a formação de sujeitos conscientes de sua historicidade e identidade, portanto, capazes de conviver com a diversidade e relativizar valores em vez de estabelecer hierarquias.

É neste sentido que convido os alunos a olharem os mesmos lugares com olhos de outros tempos, pois o campo onde se despejavam os detritos da cidade posteriormente transubstanciara-se em espaço de contemplação da natureza através da mudança de forma que direciona a função. Ajudando-nos a compreender os diferentes modos de socializar em períodos distintos, partindo do princípio de que:

(...) não terá valido a pena um curso de História, um ano estudando História, uma aula de História se o aluno não tiver minimamente deslocado de seu lugar, abalado de suas certezas, se ele não for minimamente desterritorializado, distanciado do que julgava ser sua identidade, seu si mesmo.

O professor de História é um deslocador, e nisso é um educador: ele desloca os alunos de suas temporalidades para que através da experimentação de outros tempos, eles possam retornar aos seus transformados.” (ALBUQUERQUE, 1996, 27)

A apreciação do patrimônio histórico visa não somente provocar uma leitura menos sistematizada do passado e tratá-lo como fonte de investigação, uma vez que:

Os bens culturais são simplesmente marcas que devem ser transformadas em instrumentos de informação, mas se tornam elementos que marcam o território e são o meio de seu conhecimento. Em segundo lugar, porque são considerados parte de um patrimônio difuso no território, em relações com instituições e administrações que têm poderes de gestão de alguns aspectos do território (governos locais, superintendências, direções de museus e de sítios patrimoniais...). Graças ao uso dos bens culturais e graças à educação para o patrimônio, o aluno adquire conhecimentos sobre o território e sobre os problemas da sua gestão e pode tornar-se um cidadão consciente, interessado e crítico.” (MAZZOTI, 2008, p.4)

Ressalto aqui a importância de ampliarmos o conceito de fontes a serem exploradas nas aulas, incluindo o patrimônio material e imaterial, produções artísticas como cinema e literatura, entre outras. Faz-se também necessário que os profissionais do ensino de história

prepararem-se para abordar tais fontes através da formação inicial ou da formação continuada. Elas precisam compor as atividades não como mais um conteúdo a ser ensinado ou uma atividade fora do programa, mas como integrantes dos conteúdos a serem trabalhados, promovendo constante ponderação sobre historicidade. Com isso, ressalto a importância do trabalho com o Patrimônio Histórico contar com uma proposição reflexiva antes, durante e após a visita/atividade para desvincular-se da ideia de “passeio” enquanto quebra de rotina e entretenimento.

A importância da inclusão da educação patrimonial nos currículos e prática pedagógica dos professores de História é definida pelo entendimento daquela enquanto seleção provisória de conteúdos que legitimem as intenções básicas da escolarização, portanto, pertinente, visto ser esta uma demanda da educação contemporânea, contando inclusive com orientação e definição do órgão responsável pela preservação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) a partir de 2014, como podemos observar:

Atualmente, a CEDUC³ defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.” (IPHAN, 2014, p.19)

Com isso observamos que a prática da Educação Patrimonial contribui com a valorização e preservação da cultura material e intangível, conferindo visibilidade às identidades e respeito às alteridades, acionando assim a chave mestra do ensino de história, o “porquê” de sua permanência no currículo escolar: a convivência entre os díspares conscientes de sua construção histórica, portanto, afeitos a tolerância.

Para tal efeito, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, avalio como se configura a disputa em torno da hegemonização da memória sobre o campo, em especial quanto à nomeação do lugar. Explorando textos literários e depoimentos pessoais, contemplo uma hipótese sobre a peculiaridade da sobrevivência do nome Campo de Santana em detrimento de todos os demais adotados.

No segundo capítulo retomaremos a história do Campo de Santana, suas articulações com o desenvolvimento da malha urbana da cidade, assim como suas implicações na formação das múltiplas memórias sobre a região.

No terceiro capítulo será apresentado o produto pedagógico desenvolvido em formato de jogo com o objetivo de fazer uso do próprio espaço do Campo de Santana como objeto e veículo de aprendizagem sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, patrimônio histórico e a história local.

Ainda neste capítulo será apresentada a experiência do emprego do jogo com alunos da escola estadual vizinha ao Campo de Santana onde leciono e o apontamento da funcionalidade da proposta e suas falhas. Nesta parte da pesquisa é avaliado o resultado do impacto do trabalho sobre os estudantes através da análise de sua produção textual antes e após a participação nas atividades.

Encerro o trabalho indicando as conquistas alcançadas através da pesquisa e as lacunas deixadas por ela, que nada mais são que encaminhamentos para novas investigações visando a educação patrimonial.

1 - Batalha pela memória

"A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo."

Eduardo Galeano

A reflexão de Galeano sobre a seletividade da memória nos aponta o objeto desta pesquisa. O que merece ser lembrado? O “esquecimento” indica o não acontecimento ou silenciamento das memórias subterrâneas constantemente rememoradas por outros grupos que não aqueles que redigiram a história? A quem convém lembrar? A insistência em fazer lembrar realmente torna um feito memorável? São com estas e outras perguntas em mente que a analisaremos constituição do Campo de Santana como um lugar de memória.

Para responder estas questões podemos recorrer aos apontamentos de POLLACK (1989: 3-15). Enquanto espaço onde o pavimento de memória mais sensível é a do período republicano, podemos entender as representações simbólicas como expressão de uma determinada seleção de memórias dispostas a exprimir a identidade nacional baseada em disputas políticas, potencializando todo o caráter opressor da memória oficial sobre as memórias encerradas no subsolo da cidade.

A multiplicidade de processos discorridos no espaço do Campo de Santana dispostos em camadas de tempo sobrepostas pode ser lida tendo como princípio o conceito de *estratos do tempo* de Reinhart Koselleck. Com base neste, pretendemos identificar as mudanças presentes nas narrativas sobre o Campo, identificando “a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica” (KOSELLECK, 2014, p. 19).

Tal concepção nos atende de modo mais amplo por seu entendimento indissociável das categorias de tempo e espaço, condicionantes do desdobrar e compreensão da história. (IDEM, 2014, p. 77).

Desta feita, ao voltarmos o olhar para o Campo de Santana e analisarmos o acúmulo de processos históricos inscritos no espaço através do conjunto arquitetônico, observaremos a

indissociável relação entre tempo e espaço na leitura deste sítio. Observamos que a trajetória que liga o alagadiço arrabalde do Campo da Cidade ao jardim romântico está diante de nossos olhos, ainda que soterrada pelo excesso de concretude das memórias hegemônicas.

Dialogando abertamente com a geologia, Koselleck se utiliza da imagem da estratificação para entender o tempo em seus diversos planos, como ritmos, durações e gêneses interligados e interdependentes, atuando de modo sistêmico (IBDEM, 2014, p. 19). Contudo, analisando o desdobrar da enorme colcha de retalhos que chamamos de história, observamos não apenas os padrões variáveis. Existem estampas-acontecimentos excepcionais como as repetições de combinações, separadas por distâncias também diversas, fazendo da história nem sempre completamente original, uma vez que “há estruturas que persistem e há processos que perduram: ambos condicionam e subsistem aos eventos individuais nos quais a história se efetua. Em outras palavras, existem velocidades diferentes de mudança” (IBDEM, 2014, p. 192 e 193).

A permanência é pressuposto da mudança, isto é, sem os fenômenos recorrentes as rupturas não seriam observáveis; sem que o espaço estudado atravessasse boa parte da história da cidade do Rio de Janeiro, não poderíamos avaliar sua variação de área, usos, configuração de território e, acima de tudo, o modo como é lembrado pela população carioca.

Em linha analítica semelhante encontramos Hartog desenvolvendo a ideia de regimes de historicidade enquanto modos como diferentes sociedades se relacionam com o tempo, ordenando suas experiências e conferindo-lhes sentido. Partindo desta conexão tentamos entender qual a importância da memória, assim como o tratamento que dispensam ao passado e como lidam com as expectativas” (HARTOG, 2006, p. 263). Estas variações de ligação temporal podem concentrar-se no passado, presente ou futuro.

A República proclamada no Brasil em 1889 era um projeto político novo que não contava com participação popular nem assentava-se em tradição; sua relação com o Império era de ruptura. Era necessário construir no presente um passado no qual se pudesse confiar, posto que todas as expectativas estavam voltadas para o devir, isto é, um novo tempo em que o regime viria a prosperar. Fazia-se necessário materializar este novo passado em construção através dos lugares de memória, encarregados de ocupar o espaço entre história e a memória

ainda não consolidada diante do temor ao esquecimento (NORA, 1984). Ao novo regime político era imprescindível valorizar instantaneamente cada um de seus passos não acompanhado pela população tornando:

Impossível de prejulgar aquilo de que se deverá lembrar. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada no campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função de memória, ligada ao próprio sentimento de perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória (NORA, 1984, p. 15).

A superabundância de registros visava localizar pontos de apoio para a redefinição da identidade nacional, tendo como objeto o auto enaltecimento e a tentativa imediata de imortalizar a República rebatizando o Campo de Santana como a “sua” praça, a Praça da República.

Diante da parca audiência dispensada à proclamação por Deodoro defronte à sua residência, era preciso dotar o suposto grito de uma imortalidade que não carregava, inscrevendo-o no espaço da Capital para que não fosse esquecido. Esvaziado do sentido de *res publica* que deveria conter, o regime recém-nascido gestado no circunscrito círculo positivista precipita-se sobre a necessidade de produzir lugares de memória. Sendo estes lugares material, alegórico e funcional, sempre dotados de uma aura simbólica, tomam parte num ritual para bloquear o trabalho do esquecimento, prendendo o máximo de significados num mínimo de sinais. Estes ícones da memória necessária reúnem em torno de si os grupos que não participaram do feito ou episódio rememorado, com o objetivo principal de parar o tempo, pois:

(...) quanto menos uma memória é vivida no interior mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através dela (...) o sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho, a dignidade virtual do memorável. (NORA, 1984, p. 14)

Quando falamos propriamente do caso republicano brasileiro e seu projeto de construção de símbolos nacionais devemos observar que o símbolo de maior adesão foi o mais carregado de apelo religioso. Tiradentes, resgatado da memória exilada de rebelde, fora alçado ao patamar de mártir e herói. Uma santidade patriótica associada à figura de Jesus Cristo. Na contramão disto, temos objeto desta pesquisa, o Campo de Santana, como uma resistência da

memória da sociabilidade promovida pelo catolicismo colonial em detrimento do nome cívico “Praça da República”. Tal qual a permanência da melodia original do hino monárquico:

Mais do que a batalha da bandeira, a do hino nacional significou uma vitória da tradição, pode-se mesmo dizer uma vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime. (CARVALHO, 1990, p.122)

Orientado pelos pressupostos conceituais descritos, analisaremos dois depoimentos com o objetivo investigar os mecanismos que possibilitaram a sobrevivência da memória inscrita no vocabulário carioca quando nos lembramos do imponente passeio ajardinado projetado por Glaziou. Fazendo referência a longínqua igreja de Santana, a língua falada revoga o investimento republicano por tornar-se história, pois

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p.3)

Nosso objetivo é compreender quais mecanismos possibilitaram a configuração do Campo de Santana como um “lugar de refúgio, santuários das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória.” (NORA, 1984, p.26) Paraphrasing Nora in her observation of the respect for the pilgrimage to the city of Lourdes as a symbol chosen by traditional memory in opposition to the Basilica of Sacre-Couer engendered as a place of memory we have: “On the one hand the Sacre-Couer, on the other a pilgrimage popular to Lourdes.” No endereço Praça da República, para os cidadãos, Campo de Santana.”

1.1 - Memória vivida

Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um

charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros.

O triste fim de Policarpo Quaresma, Lima Barreto.

Olga, sobrinha de Policarpo Quaresma, desolada por não conseguir interceder pela vida de seu padrinho, resolve refletir sobre a injustiça a qual vinha sendo submetido. Para isso escolheu o Campo de Santana como cenário. O mais esquecido dos lugares de memória republicanos é visitado para lembrar do mais patriota dos personagens da literatura brasileira. Teria Lima Barreto deliberadamente silenciado o nascedouro da República? Talvez estivesse no futuro a promessa não cumprida de reconhecimento de elementos populares como si mesmo ou o personagem Ricardo Coração dos Outros. Naquele presente com pretensões de memória, o parque ainda era o Campo de Sant'Ana.

É esta incapacidade do feito republicano que pretendo investigar através de dois depoimentos de pessoas profundamente ligadas à região estudada.

A opção por depoimentos decorre da observação feita enquanto vizinha e trabalhadora da região: pouco uso do nome Praça da República para nomear o espaço. Desta feita, antes do levantamento bibliográfico, devemos consultar os vetores da memória: os viventes.

Senhor Luís é como as figueiras do Campo de Santana: parte da paisagem, confere beleza, vida e conforto para os passantes, ainda que não voltemos o olhar para ele, apenas desfrutemos sua presença. Cruzava com aquele homem diariamente, embora sem lhe dedicar atenção especial. Até que durante a aula de campo realizada com os alunos do CAIC Tiradentes o homem se aproximou e, espontaneamente, “contou a história do Campo de Santana” para os nós. Sua segurança não se abalou diante da apresentação da professora de História pelos adolescentes. Ele estava muito confiante no que havia aprendido em trinta e quatro anos de trabalho no parque. Sua necessidade em comunicar-se com a nova geração a fez ouvir sem interrupções ou questionamentos aquela narrativa tão distinta da apresentada pela escola. Intimamente alimentei o desejo de registrar e analisar aquele relato.

Após agradecermos, afastarmo-nos do interlocutor e expliquei aos alunos que aquela história contada se tratava de uma memória filtrada por demandas contemporâneas, não havendo, portanto, divergência entre os dados apresentados nas aulas e pelo narrador.

Procurei por Sr. Luís alguns dias depois e ninguém o conhecia. Porém, quando o descrevi como um homem negro, funcionário antigo da Fundação de Parques e Jardins os

demais servidores logo o identificaram como “Seu Sargento” devido a sua autoridade no local ou semelhança física com o sambista Nelson Sargento. De fato, nosso narrador traz em si muita autoridade, experiência e talento, razão pela qual preferi pessoalmente associá-lo ao último.

Me apresentei como pesquisadora e, de pronto, fui lembrada por aquele gentil senhor que atribuíra o reconhecimento, em forma de lamento, às poucas visitas escolares recebidas no parque. Explicado o objetivo da pesquisa, é disparado:

Pode? Olha só, eu trabalho aqui desde 1984, eu me chamo Luís, tá, e outra coisa... quando eu cheguei aqui, cheguei aqui isso aqui era uma beleza. Arrumadinho, tudo tranquilo, era uma época do cruzeiro, o cruzeiro valia, entendeu? Quer dizer, tudo num modo geral funcionava. Do quadro de funcionário, que era antigo estado da Guanabara, quer dizer, de um modo geral, não tinha gato aqui, só tinha os animais daqui mesmo que era cutia, marreco, ganso, pavão... é muito macaco, é...muito mico da cara preta, que agora tá sendo uma raridade a gente ver mais por aqui, assim sucessivamente. Aqui são mil e duzentos metros quadrados; mil e duzentos metros quadrados. Esse lado aí, era um lado que era bem conservado, bem limpo entendeu? Existia uma equipe de funcionário que conservava. De um modo geral, é..., valia a pena.

Então, aqui esse lago eles pegam, põe os peixes lá da universidade rural de Seropédica, vem pequeno, vai lá pra antiga fundação RioZoo, depois que eles pega tamanho e acostuma com a água devido o choque térmico aí eles vem e solta aqui. No caso esse lago aqui é preparado porque, ele tá preparado com o tempo, que antes era reprodução, agora no lago dos fundos que é lago de reprodução. Aí, inclusive no lago dos fundos tem um peixe chamado mutum, que é um peixe grande do Amazonas, sabe, então eles pegaram um casal de mutum e botaram lá e esse casal reproduziu muito e muito. E tem a informação também que toda época assim, final de ano eles costumavam, na época, eles pegarem uma remessa razoável e fazerem doação pra uma instituição de caridade... assim, pro pessoal mais necessitado. Eles costumavam fazer isso por aqui e não faz mais.

Hoje, o que acontece, aqui, ali no meio, tem um monumento onde foi proclamada República Federativa do Brasil, entendeu? Alguém que tá em bronze lá, foi alguém que conviveu aqui na época do d. Pedro II, então o que acontece, inclusive tem uns dizeres lá mas tá um pouco apagado...Inclusive eu tenho a informação que aqui no Museu agora do Exército, onde era a Casa da Moeda, tem uma história mais legível disso aqui.. é... quando a senhorita puder ir lá verificar isso do qual eu tô falando, é muito bom!

Aquela casinha onde hoje é a fundação de parques e jardins no passado era um dos castelos de d. Pedro II. Ele conviveu aqui muito tempo, daqui pro Quartel General do Comando Militar do Leste onde era o castelo, né. Na verdade, ele convivia mais aqui de que lá! Aqui, vamos dizer, era mais uma forma, quando ele queria... de não ser muito perturbado pela imprensa.

Veio um casal de índio, uma índia que atendeu pelo primeiro nome de Arco-íris... Mas o nome de Praça de República ninguém conhece, não. As vezes vem alguém procurando um número porque só tem aquele ali em cima (aponta para o brasão da República na parte superior do portão), mas o pessoal chama mesmo de Campo de Santana. Para todo mundo é Campo de Santana. É a tradição.” (Depoimento colhido em 19/04/18)

O Primeiro elemento a chamar atenção no depoimento de Seu Sargento é sua insatisfação com a atual administração do parque. Remetendo aos “Tempos áureos” (POLLACK,1992) em que “de modo geral tudo funcionava”, observamos que as atuais condições despertam contragosto e saudosismo em relação a uma projeção memorial de um melhor cuidado com o espaço.

As condições de trabalho descontentadoras também são indicadas através alusão ao poder de compra da antiga moeda “Cruzeiro”. Mais do que lições sobre planos econômicos pretéritos, podemos inferir uma demanda por melhor pagamento por seu trabalho hoje, uma vez que dizer que o “Cruzeiro valia” traz consigo uma queixa a respeito do pequeno poder de comprar da moeda corrente na data do depoimento, o Real. Assim como lembrar o Estado da Guanabara é indicativo do atual responsável pela penúria destes trabalhadores, a Fundação de Parques e Jardins, vinculada à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo porque quando ingressou no serviço público, de acordo com o depoimento, em 1984, o estado da Guanabara já havia sido fundido ao estado do Rio de Janeiro desde 1975.

Ao enumerar os animais que originalmente faziam parte do tratamento paisagístico do parque é indicador de outro problema contemporâneo enfrentado pelo jardim: o abandono de gatos. Assim como a falta de limpeza e conservação é apontada rememorando os tempos em que “valia a pena”, ou seja, trabalhar naquele lugar hoje talvez seja um negócio mal pago e frustrante.

O mais revelador neste depoimento é sua referência ao monumento em homenagem a Benjamin Constant, importante difusor das ideias positivistas entre os militares, por seu caráter simbólico. O narrador é ciente de que a peça representa a Proclamação da República, porém, a memória do Império na figura D. Pedro II é tão significativa que a mudança de regime político não configura uma ruptura, isto é, a importância de Constant é reconhecida na sua contemporaneidade com o imperador. A frase “inclusive tem uns dizeres lá, mas tá um pouco apagado...” é como uma constatação sobre o nome Praça da República: está lá, mas um pouco apagado da memória.

Conhecedor da importância da história, Seu Sargento aponta o lugar onde deve estar depositada “no Museu agora do Exército, onde era a Casa da Moeda, tem uma história mais legível disso aqui.” Possivelmente sua indicação é o Arquivo Nacional, ocupado pela Casa da Moeda até 1984. Seu equívoco se deve a presença das Policlínica e Odontoclínica do

Exército nas redondezas. Apesar da confusão de nomes, nosso locutor tem ciências de que as narrativas que não se inscrevem na tradição memorial desfrutam de lugares especificamente concebidos como depósitos desta memória artificial chamada história.

Mais à frente, o depoente continua a nos apresentar a marca da tradição imperial na memória carioca quando transfere para o Campo de Santana o hábito do imperador de viver entre a Corte e Petrópolis, porém, em vez de “fugir” das epidemias, a perturbação seria a imprensa, isto é, uma problemática bastante atual, mais uma vez nos revelando os desafios impostos pela memória aos historiadores.

A despeito do aparente escape do assunto proposto para o depoimento, isto é, a memória do Campo de Santana, o que observamos é a centralidade deste espaço na narrativa memorial, uma vez que Seu Sargento o utiliza como ponto de convergência de todo seu repertório de conhecimento histórico a fim de conferir-lhe um apogeu concentrado no século XIX, sobretudo na figura do imperador.

João do Rio em suas incursões cariocas descritas e reunidas no livro “A alma encantadora das ruas”, descreve o diálogo que teve um cocheiro saudoso que nos ajuda a compreender o discurso de Seu Sargento:

“A Monarquia tinha as suas vantagens. Era mais bonito, era mais solene. Não vá talvez pensar que eu sou inimigo da República. Mas recorde por exemplo um dia de audiência pública do imperador. Que bonito! Até era um garbo levar os fregueses lá. Ó Braga, onde estiveste? Fui à Boa Vista! Hoje todo o mundo entra no palácio do Catete. Não tem importância... É verdade que o Obá entrava no Paço. Mas era príncipe. E então para conhecer homens importantes! Não precisava saber-lhes o nome. Os ministros tinham uma farda bonita, o imperador saía de papo de tucano. Bom tempo aquele! Hoje a gente tem de suar para conhecer um ministro. Parecem-se todos com os outros homens.”

(Velhos cocheiros, 1908)

O condutor continua apontando algumas das razões para a falta de identificação popular, ou seja, a incontrolável especulação financeira e onda de imigração para o mercado de trabalho do pós-abolição imediato: “A República trouxe a Bolsa, uma porção de cocheiros estrangeiros, uns gringos e ingleses de cara raspada, com uns carros que até nem eu lhes sabia o nome!” (Idem)

Esta instabilidade dos primeiros anos republicanos pode ser tomada como uns dos fatores para o ofuscamento de sua memória se a compararmos com a indelével marca dos longos 67 anos, dos quais 49 foram associados ao D. Pedro II, figura carismática com sua

imagem de imperador filósofo entronado ainda menino. A despeito de todas as vicissitudes enfrentadas durante o regime, cuja discussão não cabe neste trabalho, não podemos evadir o fato de a abolição da escravidão ter um considerável peso sobre a posituação da memória construída sobre o período. Isto também podemos examinar em mais uma passagem de João do Rio:

“Esses negros explicam ingenuamente a razão das tatuagens. Na coroa imperial hesitam, coçam a carapinha e murmuram, num arranco de toda a raça, num arranco mil vezes secular de servilismo inconsciente:

— Eh! Eh! Pedro II não era o dono?

(...). Pelo número de coroas da Monarquia que eu vi, quase todo esse pessoal é monarquista.”

Os tatuadores

Não podemos esquecer que o disputado processo de construção da Abolição da escravidão formal no Brasil se dera no Senado, cujo prédio é vizinho ao espaço estudado. Os festejos populares da Lei Áurea, tal qual as cerimônias oficiais da monarquia celebradas no Campo de Santana certamente auferem peso à cristalização deste nome, conforme nos indica Sr. Luís: “Para todo mundo é Campo de Santana. É a tradição.”

A segunda pessoa a fornecer depoimento foi escolhida em função do seu profundo envolvimento com a região portuária. Moradora da Providência desde a mais tenra infância, inspetora de alunos no CAIC Tiradentes e membro atuante da Igreja Metodista, Luciana da Silva (45 anos) me pareceu uma colaboradora significativa para a pesquisa pois, participando da sociabilidade da região em tão distintas frentes, sua participação carregaria memórias multifacetadas.

Por se tratar também de uma colega de trabalho próxima da pesquisadora, as informações prestadas por Luciana adquiriram um formato de diálogo. Diferentemente de

Seu Sargento, Luciana não demonstrou espontaneamente o desejo de transmitir sua memória; foi convidada a falar. Para que o fluxo da narrativa seguisse em direção ao objeto de pesquisa foi preciso fazer algumas perguntas, sem que as respostas nada perdessem em riqueza.

LUCIANA DA SILVA, 45 ANOS

Meu nome é Luciana, moro na Providência não sei desde quando, eu acho que foi desde que eu tinha três anos. Eu lembro que minha mãe conta muito, minha mãe sempre foi doméstica, ela conta muito que eu fui filha de madame; que eu fui criada em casa de madame lá em Copacabana. Inclusive, até minha madrinha é patroa dela e o meu padrinho, filho dela, mas pra mim não influenciou nada. Minha família fala que sim. Fala que eu sou metida, que não sei o que. Eu não sou metida. Eu só gosto das coisas boas. Tá bom.

Minha mãe veio pra cidade do Rio de Janeiro fugida de Minas Gerais. A história que ela conta é que os pais dela queria que ela casasse com um homem, com uma pessoa que era deficiente, ela preferiu fugir do que casar com ele. Ai, nessas idas e vindas, ela conseguiu ter cinco filhos. Falei mãe, a senhora é heroína, porque morar na rua e ter cinco filhos, hoje em dia até entendo ela porque foi tentando. É tipo de pessoa que acha que dá certo se tiver um homem, um companheiro do lado. E foi o que chegou até mim. O que foi que ela fez? Vendo que não dava pra cuidar deles na rua, colocou no colégio interno, no tal do... Heleno Matos. Não sei se você já ouviu falar, lá no Leblon. Então, quando eu fui trabalhar no Leblon descobri que ele ainda existe. Esse orfanato, mas não cuida mais de criança. Eles fizeram uma coisa lá, que aconteceu não sei o que, que eu não procurei me inteirar também.

Tá. Chegando até a Providência. A gente... eu sempre indo com a minha mãe. Comi muita comida do quartel ali na praça da Harmonia. Minha mãe pedia. Eu me lembro disso, dessa cena, eu ia lá pequenininha, gordinha... eu tenho até umas fotos lá em casa deu pequenininha, gordinha, dos meus padrinhos, em preto e branco. Não sei como eu vim parar aqui na Providência. Mas eu acho que através do meu padrasto, que foi o rapaz, a pessoa que assumiu ela com os cinco filhos e, não achou pouco ter mais cinco. São meus cinco irmãos que eu cresci juntos, era praticamente a mais velha, não desfazendo dos outros que também foram muito importante na minha vida. Fomos morar aqui, nessa instituição, o ICP (Instituto Central do Povo), que é mais conhecido como os ingleses, por causa do cemitério, que uns tempos atrás era... recolhia pessoas, dava atividades. Tem uma igreja aqui dentro, também nesse setor, que elas também se preocupam muito com essa geração pobre, pessoal que não tem renda, essas coisas, tem assistente social, e a gente fazia parte desse grupo. Eu minha mãe, meus irmãos pequenos que foram chegando.

Pesquisadora: E ainda tem inglês na administração dele?

Luciana: Não. Chama de ingleses porque foi fundado por ingleses. O Reverendo Tucker foi um dos fundadores, que é o nome dessa escola hoje em dia. Aí, o que aconteceu, eu fazia parte, morava aqui dentro da instituição, minha mãe já tinha casado com meu padrasto, ele conseguiu emprego aqui e quem trabalhava aqui tinha direito a morar aqui se tivesse casa vazia. E fomos assim. Eu fui criada aqui, estudei aqui também nessa escola, que não era assim, era um prédio de dois andares, até a quarta série, depois disso, meu primeiro emprego também foi aqui... Não! Minto. Estudei, meu padrasto foi mandado embora dos ingleses, que era o chamado ICP e fui morar na...

(Depoimento é interrompido por outra funcionária da escola)

Pesquisadora: Eu queria que você falasse como as pessoas viam o pessoal que mora aqui na região portuária quando você era mais jovem; hoje em dia...

Luciana: “Eu não sei porque eu não saia daqui de dentro. Eu não sei! A minha vida é aqui dentro. Quando eu saí daqui eu tinha 15 anos. Eu praticamente já tenho uma opinião formada aqui dentro.

Pesquisadora: E como é que você acha que hoje veem vocês aqui, quem mora nessa região?

Luciana: “Hoje com o Porto novo o pessoal pensa que tá rico, né. E o prefeito fez também uma melhoria lá na Barão (Rua Barão da Gamboa), que eu não entendo que foi só daquele lado, mas melhorou bastante... Cara, o pessoal tá top de linha! Vai comprar uma casa ali, um barraco, tá uma fortuna! Por que? Por causa do ambiente, por causa do bairro...

Pesquisadora: :E a parte que ficou fora da reforma?

Luciana: Ah! O cocô do cavalo do bandido! Desculpa... mas se for comprar um barracinho da parte de fora ainda é uma fortuna! Porque? Por causa do Porto Novo, valorizou muito... e o que que o pessoal pretende: comprar uma coisa menor e mais barata e transformar até num palacete.

Pesquisadora: Você conhece lá em cima? Onde o pessoal chama de Providência mesmo? Explica como que você conhece essa separação: o que é Livramento e o que é Providência?

Luciana: Quando eu morava aqui no ICP a Livramento era uma das melhores ruas que tinha. Era pessoas top. Agora quem mora ali é mendigo.

Pesquisadora: Agora, até onde vai o Livramento e onde começa a Providência?

Luciana: “Livramento, na minha cabeça, na minha visão, vai até o final da rua, onde chega o 2001 (supermercado). Pra lá, na Ladeira do Barroso, ladeira onde Kombi sobe e desce pra poder ir lá pro morro já é parte da Providência. No meu ponto de vista. Eu nunca; eu nunca andei sozinha, eu nunca andei com ninguém pra dizer: vamos andar, vamos conhecer. Hoje eu sou capaz de levar alguém pra andar comigo, mas eu não fui levada, eu aprendi sozinha. Tudo que eu aprendi foi de supetão! Hoje em dia eu não sei nem onde que é o Morro da Conceição! Eu não sei. Sou louca pra ir lá.! As pessoa que moram fora sabem mais daqui, são mais turistas que a gente que mora dentro.

Por exemplo: eu nunca fui no Cristo. Você já foi no Cristo?

Pesquisadora: “Já, mas só com escola.”

Luciana: “pessoal que vem da rua, vem de outro bairro, já foi no Cristo, eu nunca fui. Quando eu fui trabalhar no Leblon, nossa(!), eu me senti no paraíso! Eu passava assim de ônibus, o Cristo pertinho, não sei o quê... me sentindo...

Pesquisadora: Você achava muito diferente o Leblon aqui da zona portuária?

Luciana: Muito!!! Nossa! Eu demorei a acostumar com essa mudança, gente!

Pesquisadora: Mas o que que você achou que mudou mais com essa obra?

Luciana: “Ainda não mudou o suficiente, assim, mas dá pra perceber as mudanças, por exemplo, a Central do Brasil, a Rodoviária, já tem melhoria. As melhorias que tão acontecendo. A pessoal pinta, o pessoal conserta buraco, essas coisas pequenas que tinham pra ser feito no dia a dia, normalmente, tão sendo feita mais rápidas. Tão valorizando, entendeu? Não que seja os moradores; muita gente reclamou. Muita gente não queria nem o teleférico!

Pesquisadora: Porque você acha que não?

Luciana: Eu vi reuniões falando que eles não precisa, eles são favelado mesmo e não precisa teleférico.

Pesquisadora: E eles dizem que precisavam de que, então, se não precisavam do teleférico?

Luciana: Da Kombi! Que tem uma Kombi que sobe o Barroso que gera até renda pra quem dirige lá e tem a escadaria.

Pesquisadora: Você já foi no Campo de Santana?

Luciana: Várias vezes.

Pesquisadora: O que que você achou de lá?

Luciana: Teve reforma lá? Não sei...

Pesquisadora: Lá não foi reformado, não. Continua a mesma coisa.

Luciana: Quando eu ia, era mais nova, já fiz muito piquenique ali. Eu, a minha mãe, meus irmãos e uma família que existia amiga da minha mãe. A gente fazia piquenique lá, era divertido. Agora não tem como eu ir mais, nem que com... vou sim! Passo, vou pro outro lado, vou pra Saara, mas não paro mais, não sento. Não tem mais lugar pra sentar, não sei. Muita gente de rua fica parada ali. Não sei. Acho que já chega ali quando abre o portão o pessoal já espera pra poder sentar ali o dia todo. Eu não vejo mais graça ali.

Pesquisadora: Você conhece alguma coisa da história dele?

Luciana: Aquela gruta ali, eu brincava ali dentro daquela gruta! Brincava; tinha o prazer. Hoje eu quero mostrar pros meus netos, pra minha filha, não consigo. Não tenho prazer.

Pesquisadora: Você conhece ali por qual nome?

Luciana: Campo de Santana.

Pesquisadora: Já ouviu alguém falar que era Praça da República?

Luciana: Muito pouco. Mas se falar pra mim: vamos na Praça da República, eu vou procurar onde que é. Mas se falar Campo de Santana eu sei onde que é.

Pesquisadora: Porque que você acha que o nome Praça da República não cola?

Luciana: Porque o pessoal não tem costume de falar. Se eu não falar que isso aqui é o Clarence, o pessoal vai achar que não é o Clarence porque... Mas o nome desse prédio é Clarence. Questão de costume. Ou não? Não vi o nome lá. Tem placa lá dizendo?

Pesquisadora: O nome oficial ali é Praça da República.

Luciana: Mas tem alguma placa lá na entrada dizendo isso?!

Pesquisadora: Tem. Mas na placa está escrito Campo de Santana. O parque se chama Campo de Santana. O entorno é Praça da República. Você tem alguma ideia do porque se chama Praça da República?

Luciana: Eu soube que morou a família real ali uns tempos atrás. Mas eu soube porque eu aprendi na escola. Alguém me falou.

Pesquisadora: Você acha que tem a ver o Campo de Santana com a Providência?

Luciana: Não tenho a mínima ideia. Acho que não tem nada a ver.

Pesquisadora: Você acha que o pessoal, quando você era criança, por exemplo, usava como área de lazer?

Luciana: Mas antes, o Campo de Santana. Não sei qual que veio primeiro, se foi o Morro da Providência ou o Campo de Santana. Porque se foi o Campo de Santana, o Morro da Providência não tinha nada a ver. Porque foi invadida a Providência, a história que eu sei, foi invadida por um... não sei. Foi uma legalização? Alguém combinou... não sei... uns soldados...uma história assim. Eu acho que o Campo de Santana já existia com alguém real morando lá. Aquilo lá era a varanda de uma casa que tinha lá dentro. Mas ninguém entrava lá assim pra poder passear nem pra visitar, eu acho.

Pesquisadora: E quando você era criança... Você falou que ia no piquenique. Você acha que o pessoal daqui descia?

Luciana: Sim, mas já era liberado? Eu acho que descia.

Pesquisadora: E agora não desce mais?

Luciana: Agora tá impossível, né. Inclusive tem uma escola lá dentro que eu não sabia. Uma escola pública. Eu soube há pouco tempo porque o meu vizinho botou o filho lá e agora o meu neto tá estudando lá. E é uma gracinha a escola, tá lá o dia todo.

Pesquisadora: Então no próximo “passeio” você vai com a gente, tá?

Luciana: Não sei não.

O depoimento de Luciana começa conduzido por sua vida familiar, que, no entanto, é muito próxima da história da região através do Instituto Central do Povo. Fundado em 1903 por um pastor metodista inglês, o ICP voltava-se para evangelização e educação popular custeado pela empresa concessionária das obras do porto do Rio de Janeiro enquanto durassem seus trabalhos, segundo o histórico levantado pela própria instituição. A escolha da região pelo pastor deveu-se a precariedade apresentada em plena “Belle Époque Tropical”.

Recebida na Providência muito pequena, a trajetória da locutora é ilustrativa de muitas outras vidas da região: histórico de migração, famílias numerosas, privações financeiras, trabalho doméstico modulado por relações afetivas etc. Apesar de pertencerem a uma

geração posterior, muitos dos alunos atendidos no CAIC Tiradentes trazem em seus caminhos pessoais uma ou mais circunstâncias como estas. Ou seja, a Providência muitas vezes é a única plataforma em vidas onde tudo parece transitório.

Outra semelhança é circunscrição dos moradores à própria comunidade, uma vez que sua circulação pela cidade é restringida por questões econômicas, racismo, violência entre tantas outras barreiras invisíveis tão bem descritas nos textos produzidos pelos estudantes durante a produção do móbil avaliativo do produto pedagógico.

O impacto das reformas urbanas promovidas na região portuária em função dos grandes eventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) é apresentado em tons fortes por Luciana; um presente que atravessa seu discurso e a sequestra dos demais espaços da cidade. Por outro lado, vemos também a carência de uns projetos educacionais que apresentem o lugar e, com isso, valorizem a história da região, despertando a atenção dos próprios moradores para sua agência na construção desta história. Através deste auto reconhecimento é possível criar frentes de resistência a abusiva especulação imobiliária e encarecimento de todos os bens e serviços oferecidos na região, num processo conhecido como “gentrificação”. O descompasso entre as oportunidades oferecidas aos antigos moradores e valorização em virtude da remodelação é significativamente apontado por Luciana no uso dos pares antagônicos “top / mendigo” e “top de linha / cocô do cavalo do bandido”

O caráter excludente e pirotécnico da reforma é indicado, ainda que em tom de crítica em “Eu vi reuniões falando que eles não precisa, eles são favelado mesmo e não precisa teleférico.” Não fica claro neste trecho se a dita reunião foi convocada a convite de representantes da prefeitura ou organizada pelos próprios moradores. O que temos de concreto para seguirmos esta linha de análise é que mesmo diante das negativas de grupos locais o teleférico foi instalado desarticulando a economia local e desativado tão logo apagaram as luzes dos grandes festejos, tendo seu funcionamento efetivo por apenas três anos, entre julho de 2014 a dezembro de 2016.

Possivelmente a oposição feita ao teleférico era na verdade uma demanda por serviços essenciais e transformações significativa, visto que as melhorias apontadas pela própria depoente preconizam a superficialidade das ações do poder público. Tais como “o pessoal pinta, o pessoal conserta buraco, essas coisas pequenas que tinham pra ser feito no dia a dia, normalmente, tão sendo feita mais rápidas.” O próprio receio em utilizar o Campo de Santana, maior área verde do Centro e a mais próxima do morro da Providência, pode ser

tomado como um indicador da ineficiência do projeto olímpico cuja propaganda baseava-se no legado de transformações do contexto urbano.

O uso que Luciana faz do Campo de Santana hoje é o mesmo feito pelos alunos em seus textos: passagem entre a Avenida Presidente Vargas e o acesso à Saara (comércio popular). Contudo, quando a memória da inspetora nos leva aos divertidos piqueniques em companhia dos irmãos converge com os bons tempos exaltados por Seu Sargento. A primeira nasceu em 1973 enquanto o segundo iniciara os serviços em 1984, portanto, provavelmente tendo se encontrado neste passado em que ambos se lembram do lugar como bucólico e desfrutável em vez de temeroso, como é descrito no presente.

Do mesmo modo como a maioria das pessoas consultadas nesta pesquisa, o depoimento aponta para a toponímia Campo de Santana como a nomeação usual do lugar. Coincidindo com o primeiro relato, o jardim de Glaziou é novamente associado à residência da família real: “Eu acho que o Campo de Santana já existia com alguém real morando lá. Aquilo lá era a varanda de uma casa que tinha lá dentro.” Se retomarmos a narrativa do Seu Sargento, o texto em que a menina Rhuana confunde o local com a Quinta da Boa Vista (reproduzido no terceiro capítulo) e a prática da monarquia em utilizar a área para suas celebrações oficiais, possivelmente teremos a chave para o entendimento da associação feita pela população entre este espaço e o Império, em detrimento da República.

Ainda assim, nos resta a problemática do nome. Por que não Campo da Aclamação em vez de Campo de Santana?

Trago a hipótese de que o catolicismo popular tenha inscrito na memória com maior eficiência o nome da avó de Jesus devido ao regime do padroado que trazia a Igreja Católica como o braço do Estado mais próximo da população, tanto na colônia quanto no império. A popularidade da devoção ao Espírito Santo assim como a grandiosidade e importância da Festa do Divino em meados do século XIX são fatores que possivelmente contribuíram com a consolidação da nomeação Campo de Santana entre tantos outros concorrentes.

Luciana estabelece uma analogia muito inteligente quanto ao objeto da pesquisa quando questionada se conhecia o espaço como Praça da República. O colégio estadual onde trabalha, CAIC Tiradentes, funciona apenas na parte da manhã. Nos turnos da tarde e noite o prédio é compartilhado com uma segunda escola chamada Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker, em homenagem ao missionário inglês que prestava assistência social na região. Ainda que o CAIC Tiradentes tenha um maior número de alunos, o prédio é

chamado pela comunidade de “Clarence” (pronunciado de forma aportuguesada com tonicidade na segunda sílaba). A dupla nomeação causa enorme confusão entre os que procuram pela escola do primeiro turno, tal qual os que procuram pela Praça da República mesmo dentro do Campo de Santana.

A associação do prédio ao nome do metodista faz todo sentido para aquela comunidade, posto que sua memória enquanto indivíduo que introduziu na região serviços como educação e saúde num momento em que era considerada a região mais perigosa da cidade é muito mais consistente do que o “herói” Tiradentes recuperado pela República. Desta feita, podemos perceber como Luciana não apenas entendeu perfeitamente a questão proposta como soube deslocá-la para outro contexto.

Apesar de não considerar o Campo de Santana uma área em diálogo com a região portuária, o simples fato de relatar ter passado a infância usando o parque e seu neto estudar na escola que funciona dentro de sua área já é bastante indicativo da forte ligação entre estas partes da cidade. Sendo assim, reitero a proposta de entendermos o Campo de Santana de modo a recuperar suas proporções originais, isto é, para além dos limites atuais do parque. Com esta premissa, podemos fazer uma leitura do Centro do Rio de Janeiro, partido pela abertura da Avenida Presidente Vargas, no entanto, mantendo parte do seu eixo integrador original.

2 - Campo de histórias

A pesquisa desenvolvida analisa as narrativas memoriais que disputam a hegemonia sobre o espaço “Campo de Santana”. Materializada na tentativa de nomear o parque público enquanto um lugar de memória republicano através da intitulação como “Praça da República”, a disputa memorial tenta silenciar as memórias do período colonial e imperial, quando a região tinha um caráter mais popular. Estas vozes ainda ecoam através da resistência à adoção do nome novo há mais de um século, permanecendo no vocabulário carioca o topônimo “Campo de Santana”.

As batalhas entre as memórias do campo não se limitaram à nomeação. Tombado em 1938, primeiro ano após a instauração do Estado Novo, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o maior parque do Centro do Rio de Janeiro acabou destombado cinco anos depois por um decreto presidencial, assinado com o objetivo de permitir que cerca de 20% de sua área fossem eliminados para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Ou seja, o mesmo Estado que o tombara decidira alterá-lo com o objetivo de criar um novo lugar de memória que materializasse no espaço da cidade o nome do Presidente Vargas.

Como lugares de memória entenderemos daqui em diante a tentativa de criar suportes para a memória, materiais ou não, a fim de evocá-la. Este conceito foi desenvolvido em 1984 pelo historiador francês Pierre Nora ao organizar a coleção *Les Lieux de Mémoire*, que se tornou importante norteador para entender a identidade cultural francesa.

Para ser entendido como um lugar de memória, mesmo o mais funcional dos objetos deve ser investido de um desejo de memória, isto é, portar uma aura simbólica; estar envolvido num ritual. Nesta seara, veremos adiante o quanto o Campo de Santana recebeu investidas de diferentes agentes no sentido fazer parte destes cerimoniais.

Utilizado na contemporaneidade mormente como atalho entre lugares de grande fluxo de pessoas, este belo jardim, maior área verde no caos asfaltado do Centro do Rio de Janeiro, servira de palco para diversos eventos da história política do Brasil. Destarte, guarda um significativo corpo de memória social devido à importante sociabilidade popular praticada em sua área.

No início do século XVIII a cidade do Rio de Janeiro limitava-se ao quadrilátero entre os morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. O desenvolvimento da urbe desdobrara-se dentro destas fronteiras naturais muito em função da tradição do urbanismo português em respeitar a topografia natural do terreno e, mais ainda, por questões de segurança e economia. O relevo, por si, já representaria uma proteção contra possíveis ataques partidos da Baía de Guanabara. No entanto, preferia-se restringir a ocupação às áreas aterradas e circunscritas evitando assim os custos com terraplanagem de terrenos alagadiços e complicações oriundas do transporte inexistente. Desta feita, a Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana) representava um marco entre o núcleo colonial e seu arrabalde. O Campo da Cidade, área compreendida entre o Morro de Santa Teresa e o mangal de São Diogo (atual Cidade Nova); restinga situada à beira da Lagoa da Sentinela, continuaria desabitada até ser concedido um lote para a construção da capela de São Domingos. Em pouco tempo a ermida passaria abrigar também a irmandade dos devotos de Santana. (ABREU, 1992)

O Rio de Janeiro tinha seu pequeno núcleo urbano dividido em áreas relativamente definidas. Citaremos algumas destas para entendermos o papel do Campo de Santana no início do século XIX. Este funcionava como entroncamento entre as freguesias mais ricas e pobres. Candelária e Lapa, concentravam a administração da cidade e as residências das famílias mais abastadas. Gamboa, Saúde e Santo Cristo, mais isolados geograficamente pelos morros a áreas alagadas, recebiam a população mais pobre.

No início do século XVIII a cidade avançava pelo litoral sul em direção ao Flamengo. Devido as características já descritas do terreno, tendo como acesso partindo do núcleo mais povoado apenas o difícil caminho de Capuerçu, o Campo da Cidade dispunha de terrenos desvalorizados que começaram a ser requeridos à Câmara pela população. Dentre os pedidos estava a solicitação para a construção de uma capela em devoção à São Domingos. A irmandade requerente mantinha a imagem na catedral da Sé, no alto do Morro do Castelo, no entanto, devido às hierarquias raciais características da sociedade de cortes instalada na colônia, tinha dificuldade nas demonstrações de fé. Para solucionar o impasse, a concessão de terras nesta

área distante fez da capela de São Domingos, primeira construção da região, referência na nomeação da área, que passa a ser chamada de Campo de São Domingos.

O desenvolvimento nesta direção da cidade se fazia lentamente. A capela de São Domingos ainda era a construção mais avançada quando em 1710 recebera a irmandade de Santana. Porém, mais uma vez por questões de ordem, os pretos africanos devotos de São Domingos desentendem-se com os crioulos, isto é, escravos nascidos na colônia, devotos de Santana. Os primeiros não aceitavam interferências dos “convidados” em sua igreja. Em 1735 uma nova capela é erguida em devoção a Santana, atribuindo um terceiro nome ao campo, o que perdura até os dias atuais.

É importante indicarmos a tendência verificada na edificação de igrejas de irmandades de pessoas escravizadas ou libertas fora do limite estabelecido pela da Rua da Vala. Possivelmente tal tendência advém da desvalorização das terras nesta região, associada a uma possível relativa liberdade de culto em função do afastamento dos locais mais densamente habitada. Como o campo propriamente dito continuou sem saneamento, o que demandaria participação da Câmara devido aos altos custos das intervenções urbanas, a nova Igreja de Santana veio a estabelecer um limite mais avançado para a cidade, afastando-se do Campo de São Domingos em direção ao mangue. (IDEM, 1992)

A região só fora adensada em edificações no final do século XVIII por conta do arruamento e drenagem a mando do Vice-Rei, conde de Resende. O delineamento da paisagem dera-se por pequenas casas baixas e modestas vizinhas a área destinada ao despejo de detritos dos habitantes da cidade. Com isso, infere-se o peso que as obras tiveram para impulsionar o retalhamento da região em chácaras neste entorno, incorporando-o ao espaço urbano.

Posteriormente ao melhoramento urbanístico promovido pelo Conde de Resende (entre 1790 e 1801), em fins do século XVIII ocorre “a doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de “império”, um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos” (COARACY, 2008, p. 92) Tal doação origina a agigantada festa do Divino Espírito Santo promovida pela Irmandade de Santana, importante festividade do catolicismo popular, alongando-se de maio a julho em algumas ocasiões, contando, inclusive, com a ilustre presença de vice-reis.

O saneamento promovido pelo Conde de Resende é fundamental para pensarmos no crescimento das áreas ocupadas, assim como o agigantamento da festa. A coroação do imperador do Divino era o ápice da principal celebração religiosa da cidade, estendendo-se, às vezes, por três meses, de maio a julho. Até então, a dificuldade do acesso por um caminho alagado e a presença de excrementos nas cercanias da igreja não deveriam favorecer a frequência de fiéis, tão pouco promover o interesse em residir na região. Porém, as obras de aterro proporcionaram as condições para o crescimento da festa do Divido através do melhoramento do acesso e condições sanitárias da região, ainda que parciais.

No início do século XIX, com a perspectiva da invasão napoleônica, a corte portuguesa transfere-se para o Brasil, a mais próspera das suas colônias e a única, dentre todas as colônias do mundo, a receber uma corte europeia. A transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro representou um novo e significativo impulso para a ampla área do Campo de Santana, enquanto parte do projeto de transformação da cidade colonial em sede da monarquia. O significativo crescimento demográfico ocasionado pela presença do séquito real e milhares de funcionários da coroa que acompanharam a família de D. Maria I fez necessária uma série de intervenções capazes de dar a cidade condições mínimas de recepção da corte dentro de uma estética iluminista, com ruas alargadas e arborizadas, logo aplicada ao Campo de Santana em termos urbanísticos. A demanda por moradias capazes de abrigar os novos moradores adensou regiões menos valorizadas da cidade.

Os melhoramentos não se limitaram apenas às intervenções concretas, como podemos observar no trecho a seguir:

...os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o Conde de Linhares, ministro real responsável pela nova organização do Exército, escolheu parte da face norte do Campo para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. Tal propriedade consistia na junção de uma chácara doada com duas áreas desapropriadas para esse uso, abrangendo, inclusive, o Império da Irmandade de Santana, demolido para essa finalidade. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, que fosse erigido em terra anexa à igreja. A Irmandade passaria, a partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. (GUIMARÃES, 2011, p. 247).

Esta primeira intervenção é uma das muitas que alteram o sentido de uso do Campo de Santana, ainda que não fosse o suficiente para desarticular sua ocupação popular. Como

veremos adiante, a coroa portuguesa soube utilizar esta característica de modo a aproximar a monarquia dos súditos.

O período joanino inaugura, porém, um novo sentido simbólico ao eleger o Campo de Santana como espaço de manobras militares e celebração política. Devido à amplitude da sua área, o campo era capaz de abrigar toda a população do Rio de Janeiro sem alterar sua dinâmica cotidiana, por estar situado no limite da cidade.

A decisão de aclamar um monarca europeu na colônia pode ser entendida como um desdobramento da decisão de D. João VI em permanecer nesta banda do império. Entre a saída discreta de Portugal diante das ameaças napoleônicas e a decisão de se estabelecer dignamente na América há mudança na postura da corte. É importante notar o afastamento português em relação à Inglaterra após o Congresso de Viena, posto que esta não se mostrou preocupada em reafirmar seu compromisso com os interesses portugueses, com isso levando a uma reaproximação com a França. Como indicador deste processo podemos observar a chegada da comitiva da Missão Artística Francesa em janeiro de 1816, isto é, um estreitamento dos laços com a França e previsão de uma instalação mais confortável e duradoura para a família real e seu préstito.

Dentro deste contexto da Restauração, o projeto de elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815 deve-se a relativa proteção proporcionada pelo afastamento das pressões metropolitanas sem a necessidade de abdicar às prerrogativas da monarquia. A importância de retomarmos este episódio advém da necessidade de acompanharmos o paulatino reconhecimento do peso que o Brasil vai adquirindo no Império Português. (HERMANN, 2007) Veremos adiante que a cerimônia de aclamação ocorre num sentido de reafirmar o poder monárquico, embora sem atingir o cenário europeu como parece ter pretendido seus articuladores.

A acomodação da corte no Rio de Janeiro enfrentava reações tanto dos lusitanos, que se viram abandonados, quanto das demais capitânicas elevadas a províncias, por se sentirem oneradas e subordinadas à capital. Referente às demandas da metrópole, a decisão acirrou os ânimos daqueles que se sentiam abandonados; em relação às pressões internas, a elevação do Brasil a reino contornaria juridicamente a situação. Diante de uma América dilacerada em movimentos de independência, aproveitava-se a oportunidade de reiterar a ordem monárquica e ainda acompanhar o quadro de reafirmação do poder formado na Europa. (IDEM,2007)

Com a morte da rainha d. Maria I em 1816, esperava-se pela aclamação de D. João de imediato, segundo o protocolo das monarquias absolutistas europeias, principalmente por este já exercer a função de regente desde 1799. Sob o incomum argumento do luto, uma vez que este é inerente à transferência de poder, aguardou-se dois anos até a cerimônia em que oficial e simbolicamente seria investido.

Neste compasso de espera formou-se nos demais reinos sob o comando do regente uma sufocante atmosfera de pressão que iniciara-se com as cobranças pelo retorno a Portugal e acirraram-se diante da possibilidade da aclamação ocorrer na colônia e inverter a relação tida como lógica com a metrópole, além de ultrajar a tradição portuguesa da representação dos três estados da monarquia, ausência já observada na transferência da corte.

Além disso, a Revolução Pernambucana de 1817, assim como as pretensões imperialistas do império português ao sul do Brasil, podem também ter pesado sobre a decisão de postergar a cerimônia de aclamação que, enfim, acontecera em 1818 no Rio de Janeiro.

A primeira cerimônia, realizada no Paço, seguindo a tradição monárquica portuguesa em sua pompa e circunstância, teve todo projeto a cargo dos artistas da missão francesa a fim de reiterar seu caráter europeu. Sem economizar na ritualização, o festejo desdobrou-se por até oito meses em vários lugares do Brasil e foi financiado por todos que entendiam a importância de d. João VI na consolidação de seus interesses na América, como a Junta do Comércio, o Senado da Câmara entre muitos outros membros da elite local. No entanto, a presença de possíveis opositores portugueses é percebida pela necessidade de assistência dos destacamentos militares.

O desdobramento da celebração na capital do Brasil aconteceu no Campo de Santana, onde no dia seguinte à aclamação no Paço, o rei e sua família foram recebidos num palacete de madeira de onde observou as manifestações populares em sua homenagem. As manobras militares, apresentações de dançarinos do Teatro Real, touradas entre outros provavelmente contaram com ampla audiência dos súditos. A família real ainda retornou um segundo dia para receber nova homenagem da população carioca em forma de suntuosa queima de fogos onde se formara a expressão “Viva El - Rei”, além de protagonizar a cerimônia do beija-mão.

Podemos imaginar o impacto que provocou a festa e todo seu valor simbólico na modesta cidade de São Sebastião do início do século XIX. O reconhecimento de sua importância e a aproximação dos súditos ficou profundamente registrado na memória dos cariocas, como veremos conforme o avançar da pesquisa. A eleição do Campo de Santana como

espaço habitual das celebrações ligadas à monarquia, embora nem todas em favor desta, como a batalha em oposição a D. Pedro I pouco antes de sua abdicação ou a Proclamação da República, também deve ser entendida como peça chave no processo de cristalização da memória monárquica. Posteriormente, as aclamações de D. Pedro I (1822) e D. Pedro II (1841) como imperadores do Brasil também no Campo de Santana, vem reforçar um quadro de associação entre o espaço e o império que, mesmo a contundente tentativa de sobreposição de símbolos efetuada pela República, seria incapaz de silenciar.

A nomeação de Paulo Fernandes Vianna como intendente de polícia da Corte trouxe novo fôlego para o Campo de Santana e para a cidade através dos melhoramentos no período de sua gestão, visando transformar a cidade de São Sebastião na capital do império, tendo assim, os olhos voltados para o processo civilizatório. Nomeado em 1808 intendente de polícia, esta instituição tinha como atribuição, além do zelo pela segurança pública, adequação dos comportamentos e hábitos das populações locais e funções equivalentes às dos atuais prefeitos.

Viana instalou, ainda em 1808, a Secretaria de Polícia num prédio dos arredores do campo. No ano seguinte, a seu pedido e na mesma região, acomoda a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nos 13 anos em que esteve à frente da intendência da Corte, o intendente dispendeu grande energia buscando solução para um companheiro constante do Rio de Janeiro: o problema do abastecimento de água.

Até fins do século XVIII, a população recolhia água a partir do sistema de captação do rio Carioca, disponibilizada nos chafarizes da Carioca, Glória e Praça XV. Para os poucos habitantes do Campo de Santana, a dificuldade era maior, devido a necessidade de deslocamento até o Largo da Carioca ou o transporte em pequenas embarcações pelo mangue de São Diogo da água recolhida na Bica dos Marinheiros.

O grande crescimento demográfico provocado pela transferência da corte fez urgente a questão do abastecimento de água. Para tanto, o intendente logo tratou de reforçar o abastecimento do chafariz do Lagarto, através do aqueduto do Rio Comprido, além da construção de um novo chafariz no Rio Comprido, ainda hoje observáveis na rua Frei Caneca. (ROCHA, 1986)

Para atender o consumo do entorno do Campo de Santana, já ilustremente habitado, como pelo próprio Viana, foi construída uma calha em madeira que levava as águas captadas até um chafariz no meio do campo, com dez bicas, inaugurado em 1809. A canalização do rio

Maracanã precisou ainda esperar a construção da tubulação para um chafariz de pedra no local, inaugurado em 1818.

O chafariz das Lavadeiras, como ficou conhecido, tinha forma cilíndrica de onde saíam 22 bicas, além de pias utilizadas pelas lavadeiras, e outras menores para os animais. Foram colocadas oito colunas rodeando o chafariz, duas a duas, e era comum em noites de calor os estudantes o transformarem em piscina, sendo dispersados pela polícia.

Este ponto de abastecimento hídrico trouxe um importante incremento para o Campo de Santana. Novo ponto de convergência da população, o local passou a reunir um grande número destas trabalhadoras, assim como vendedores de água, escravos carregadores, estudantes querendo banhar-se, etc. A presença de um chafariz definitivamente contribuiu para reforçar o caráter de espaço de interação popular do antigo arredor da cidade, agora incluído no perímetro urbano.

As propostas de embelezamento da área visando transformá-la numa área de passeio passaram por uma execução incipiente quando da chegada da família real portuguesa, sendo retomada apenas no último quartel do século XIX. Conforme a descrição do padre Perereca, o “Passeio do Campo”, inaugurado em 1815, “ocupava um terço da área, cercado de uma cerca viva de espinheiros e de um gradil de madeira apoiado em colunas de dois metros de altura. O jardim tinha amoreiras e quatrocentas palmeiras”. Observando a contemporaneidade da inauguração do abastecimento de água e do ajardinamento, é possível reconstruir a potência deste lugar no contexto do Rio de Janeiro do século XIX. De acordo com Segawa:

A criação de um jardim de amenidades e festejos [...] – alternativo ao Passeio Público setecentista – indicava o papel relevante e oficial que o Campo de Santana gradativamente iria assumindo ao longo do século 19. Efetivamente, a Corte elegeu – e a família imperial brasileira endossou – aquele espaço como cenário de suas exibições de pompa e circunstância em diversas oportunidades: já se mencionou a comemoração das bodas da princesa Maria Teres, em 1810, com a construção da praça do curro e de um simulacro de jardim. A aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 como o novo rei de Portugal, Brasil e Algarves ofereceu-se como nova oportunidade para a demonstração de feérica iluminação e cenografia comemorativa no Campo de Santana.” (SEGAWA, 1996, p.159)

Situado do lado esquerdo inferior do Campo de Santana, próximo à residência de Viana e da Secretaria de Polícia, há indicações de que o projeto tinha de fato o objetivo de adequar a região às demandas da corte, porém, D. Pedro I, antigo desafeto do intendente de polícia, mandou destruir o pequeno gradil cercado de amoreiras antes de partir para Portugal sob o

argumento do desejo pessoal do encarregado pelo projeto em desfrutar de um jardim em sua vizinhança.

O interesse pela ornamentação fora retomado no último quartel do século XIX com tratamento paisagístico inspirado nos parques parisienses de Alphand, planejado e executado pelo francês Auguste-Marie Francisque Glaziou. No lugar do burburinho das lavadeiras, o campo passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marrecos, entre outras intervenções realizadas entre 1873 e 1880, inauguradas neste ano com a augusta presença do imperador D. Pedro II, terminando a travessia entre espaço de trabalho e religiosidade popular para lugar de passeio e contemplação da natureza. O século XIX vê surgir gradativamente, circundando o Campo de Santana, equipamentos e edificações simbólicas que reengendram o conjunto da paisagem:

Intervenções isoladas no tempo foram desmanchando homeopaticamente as marcas originais do espaço: ampliações dos quartéis tomaram as edificações religiosas; a estação de trem desapropriou o signo instaurador do lugar – a igreja de Santana – passando a despejar milhares de cariocas na região. O jardim remove o chafariz, remove a amplidão e a liberdade do espaço – a chegada da República não encontra o tradicional descampado para a aclamação, mas uma nesga de rua para reunir poucos interessados. Na cartografia do século 19, o Campo de Santana foi a articulação entre a cidade Velha e a cidade Nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade Imperial; a confluência do espaço religioso, do espaço militar, do espaço mundano, do espaço da realeza. O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo da festa, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelos humanos. (IDEM, p. 174)

O surgimento de um complexo arquitetônico no entorno do Campo de Santana ao longo do século XIX foi parte do processo de valorização contínua que se instaurou no campo a partir do período joanino e o crescimento populacional decorrente da grande imigração de membros da corte e funcionários da Coroa. Deslocando progressivamente o centro nessa direção, conhecida a partir de então como Cidade Nova, ela ganha ainda mais relevância por situar-se entre a cidade velha e o Palácio de São Cristóvão.

A partir de 1840 o surgimento do ônibus, veículo de quatro rodas, dois andares e movido por um ou dois pares de animais, ao carregar vinte pessoas deu novo impulso para o crescimento em direção a regiões da cidade consideradas distantes como Caju, Andaraí e Pedregulho, possibilitando, de fato, a criação de uma cidade nova, que acompanha o itinerário dos ônibus, rapidamente se tornando insuficiente no atendimento de tantos habitantes.

Em 1862 o barão de Mauá solicita ao governo imperial concessão para instalar uma empresa de carris urbanos (bondes). Sem encontrar entre os banqueiros norte-americanos interesse em financiar seu projeto, se associa a Blaker Street Horse Car Company New York que avalia que o eixo centro-sul seria o mais apropriado traçado para as operações. Em 1866 esta adquire as ações da Companhia de Carris urbanos fundada por Mauá, realizando sua primeira viagem em 1868 entre a rua Gonçalves Dias (antiga Rua dos Latoeiros) e o Largo do Machado.

O bonde se mostra uma alternativa aos ônibus bastante interessante. Sua maior capacidade, acomodando 30 passageiros, associada à suavidade da viagem sobre trilhos, levava mais pessoas para lugares mais distantes. Desta feita, as empresas assumem o controle do Estado, intervindo através deste e configurando o espaço de acordo com seus interesses, dando início à especulação imobiliária.

A partir daí se estabelece um modelo de desdobramento do tecido urbano conduzido pela concessão a empresas que se propõe a desenvolver o transporte para regiões desabitadas, doravante loteadas, tratadas com arruamento e, somente por último, passam a ser habitadas

Os interesses do capital respaldados pelas teorias científicas do final do século XIX, que promovem a talassoterapia e os benefícios de viver sob as brisas do mar, a salvo das epidemias constantes do Centro, funcionavam como subterfúgio para incentivar a migração de famílias abastadas para os longínquos e desertos bairros de Copacabana e Ipanema. Contudo, sua efetiva ocupação só é possibilitada pela ação da municipalidade no início do século XX com a abertura das avenidas Beira-mar, Atlântica e eletrificação dos bondes.

A modernização dos bondes tem uma importante função no rearranjo das companhias, posto que as pequenas empresas com capital insuficiente para investir em tecnologia acabam fundidas ou incorporadas pelas menores, reduzindo a concorrência a apenas duas companhias em 1913: a Jardim Botânico e a Light and Power. A relevância da trajetória das empresas de transporte no Rio de Janeiro nos interessa por sua indispensável contribuição para a ocupação dos bairros da cidade.

Voltando ao Campo de Santana e sua remodelação, para que esta faça algum sentido, precisamos retornar à expansão pela qual passou a cidade em meados do século XIX. O primeiro grande impacto sentido pela região foi a demolição da igreja de Santana para a construção da estação D. Pedro II, (atual gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858. Somente em 1861 inicia o serviço de transporte de passageiros; até então sua principal atividade

era conectar a produção cafeeira com o porto, distribuindo-a internacionalmente, bem como levando para o interior os produtos importados.

Contando com apenas cinco estações em 1861 e ampliadas para sete em 1870, ainda assim os trens foram fundamentais para a ocupação do subúrbio. Os bairros surgem no esteio das estações, originados muitas vezes de antigas fazendas monocultoras loteadas. Ainda que a ferrovia tenha sido significativa para o crescimento da cidade no sentido norte, convém reforçar que sua razão de ser era comunicar o Rio de Janeiro com os estados vizinhos, especialmente São Paulo e Minas Gerais e que o aumento populacional das regiões por elas cortadas foi uma decorrência secundária.

O número de passageiros transportados pelos trens é absolutamente inferior ao dos bondes no fim do século XIX, apesar destes operarem de modo seletivo devido ao alto preço das passagens. Diante disso, é fácil imaginar que o superpopuloso centro do Rio de Janeiro andasse a pé, visto que a população mais pobre nele se concentrava em busca da sobrevivência nas pequenas prestações de serviços diárias.

Ainda neste período a cidade recebe uma enorme onda migratória resultante do declínio da produção de café no Vale do Rio Paraíba e dos canaviais do Recôncavo Baiano, também em decadência, tornando as habitações populares cada vez mais insalubres. Atraídos pelos serviços oferecidos durante a transição entre a escravidão e o trabalho livre, bem como pela concentração da incipiente indústria carioca na região central, a crise habitacional agravava-se sensivelmente.

O quadro de desenvolvimento dos transportes, especulação imobiliária e crise habitacional se formou paralelamente ao processo modernizador iniciado com a inauguração da estrada de ferro D. Pedro II e atingiu seu ápice com as “picaretas regeneradoras” durante a Reforma Passos.

Ademais, a demolição da simbólica capela de Santana em 1855, sua transferência para a Rua das Flores, ocupando o prédio originalmente construído para funcionar como a Cadeia Nova, deu outro sentido ao território da Cidade Nova. A rua da nova igreja passa a se chamar Rua de Santana, ainda que a santa também continue a nomear o campo, resistindo às diversas tentativas de renomeá-lo. Desta maneira

Essa história permite também a leitura dos múltiplos significados do espaço do Campo de Santana. Significado no âmbito da simbologia política, primeiramente inculcar outras nomenclaturas partícipes de projetos políticos para memória para a cidade: lugar de encarnação de emblemas da monarquia, como foram as festividades dos casamentos da infanta Maria Teresa e do príncipe herdeiro D. Pedro com D. Leopoldina de Habsburgo, as duas aclamações de monarcas e as três festas de aclamação de um rei e dois imperadores. (...) Como todo lugar emblemático da memória social, também o Campo de Santana não foi

exclusivamente monárquico: a república considerou-o como território privilegiado do novo regime, porque ali foi proclamada e porque uma das casas do entorno era a do proclamador. Por isso o campo sofreu pelo menos duas incisões ideológicas, com a mudança de nome para Campo da Aclamação ou da Honras para Praça da República e com a construção nele da estátua do prócer republicana Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Menos interessada nos combates ideológicos de monarquistas e republicanos, que reviviam os combates físicos dos exaltados e governistas na crise da abdicação, a população rejeitou as duas denominações e continuou valorizando a evocação religiosa original: Campo de Santana. (WEHLING, 2015, p.10)

A intensa labuta republicana por solidificar sua memória ocorreu num momento em que o rápido crescimento da economia brasileira com a intensa inserção do café produzido no oeste paulista no mercado internacional exigia uma nova organização do espaço da cidade. Essa reorientação do poder é iniciada em 1894 pela oligarquia cafeeira com a eleição de Prudente de Moraes, atingindo seu ponto máximo durante o governo de Rodrigues Alves.

Era imprescindível neste momento colocar a capital da República dentro dos padrões civilizados em que se encontravam seus parceiros comerciais, especialmente europeus. Para tanto, a modernização do porto cumpriria a função de agilizar o processo de exportação e importação e expressaria simbolicamente a grandiosidade do país enquanto maior produtor de café do mundo. Arrematando o plano, atrairia a mão de obra estrangeira necessária nas lavouras e no projeto de branqueamento da população brasileira.

Podemos considerar as obras do porto a figura principal emoldurada pelas demais intervenções urbanas que completavam sua operação. A abertura da Avenida Central ligando o cais ao centro comercial e suas complementares Avenida Beira-Mar; Avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves que passaram a liberar a circulação de mercadorias, além do alinhamento e alargamento de várias ruas do centro criaram um traçado onde pessoas e capitais poderiam fluir.

Mais uma vez a especulação imobiliária aparece com pujança, se tornando a partir daí companheira da cidade. Dentre os mais importantes fundos de financiamento das obras de melhoramentos estavam os próprios terrenos originados da demolição de prédios antigos além do necessário para o projeto. Após a execução da benfeitoria, os novos lotes eram vendidos com valor muito mais elevado que o pago pelos imóveis.

Porém as mudanças não poderiam se restringir apenas a aparência. Era necessário modernizar os usos e costumes da população, considerada responsável pelo estado de insalubridade pelo qual era caracterizado o Rio de Janeiro em função de seus hábitos bárbaros e anti-higiênicos. Levando ao extremo o plano de tornar a cidade embelezada e capaz de receber

estrangeiros e investimentos, são nomeados para cargos estratégicos o engenheiro Pereira Passos, como prefeito, e Oswaldo Cruz, no cargo de Diretor Geral da Saúde Pública. O último comanda uma verdadeira cruzada sanitária que atinge em cheio os modos de viver da população mais pobre, isto é, as possibilidades de existência oferecidas por sua condição econômica. Sentindo-se desrespeitada pelos abusos cometidos pelo Estado republicano, parte da população carioca se levanta na Revolta da Vacina. Esta contou também com a participação de outros segmentos como militares e operários, no entanto, não é nosso objetivo aqui avaliá-los.

Entusiastas da técnica, ambos trabalharam baseados estritamente na ciência da época, afastando-se da política. Aliás, este foi o argumento utilizado por Passos em seu pedido de fechamento da Câmara como condição para levar a cabo seu projeto de cidade higiênica e elegante, inspirada na Paris reformada por Haussman.

Porém, no momento em que a Reforma Passos civiliza o Rio de Janeiro já encontra o Campo de Santana ajardinado por Glaziou. Esvaziado da possibilidade de interação popular promovida durante a colônia e incentivada pela monarquia, a concentração popular passa, neste período, a ser avaliada como potencialmente tumultuosa. Ao disciplinar o espaço, travesti-lo de natureza, o paisagista colabora com o início da trajetória de modernização da cidade, com o princípio das obras em 1860. É preciso lembrar a importância da estação ferroviária D. Pedro II, conhecida também como Estação do Campo, e sua visceral ligação com o principal porto do Brasil. Ora, o Campo de Santana era como uma espécie de sala de embarque e deveria se apresentar em condições condizentes com a importância econômica do binômio infra-estrutural ferrovia/porto.

O projeto civilizatório realizou várias interferências nas ruas do Rio de Janeiro com o objetivo de adequá-las à modernidade, contudo, as transformações não se limitaram ao aspecto físico da cidade. A renomeação de várias praças, ruas e travessas em 1890 visava claramente apagar da memória da cidade qualquer alusão à barbárie do império escravista através de homenagem a episódios de sua história ou personalidades relevantes do período, substituindo-os por novos nomes de sentido equivalente, porém ligados a República recentemente instaurada. (ver Anexo 4).

Avançando um pouco no tempo temos a Era Vargas, cujo marco inicial é a Revolução de 1930, que traz Getúlio Vargas ao poder. É iniciado um processo de intensa centralização política e de decisões em mãos do governo federal, e em menor grau, em mãos dos interventores estaduais e dos prefeitos nomeados. Busca-se, a partir de então, construir uma nova nação,

sendo necessária, para alcançar esse objetivo, a promoção de reformas em diversos setores, como educação, saúde, finanças, administração pública e gestão urbanística. A opção pela arquitetura moderna nesse caso, se reveste de um caráter simbólico, representando o novo, tal qual o Estado Novo (1937-1945) em oposição à República Velha, irradiando para as demais atividades governamentais e atingindo diferentes setores da vida nacional.

Em 1937, reproduzem-se as condições favoráveis para a execução de obras no Distrito Federal. A concentração de poder através da vigência do Estado Novo e a atuação conjunta da Prefeitura e Governo Federal cria situação semelhante a presenciada durante a Reforma de Pereira Passos no início do século.

A década de trinta pode ser considerada como importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no país, observando-se no plano econômico, o deslocamento do eixo da economia agroexportadora para a industrialização urbana. Em diversas cidades brasileiras, como o Distrito Federal, são empreendidas intervenções físicas e adotadas novas formas de gestão urbana e de gestão municipal. (LIMA, 2016)

Por outro lado, o Estado Novo é o momento da reafirmação das tendências autoritárias através da construção de um estado nacional forte, capaz de enfrentar os problemas atuando com uma administração organizada e contando com a participação de parte da intelectualidade brasileira. O ideal reformista permeava a administração, traduzido pelas mãos de uma elite técnica e cosmopolita, conhecedora das experiências de outros países.

Nesta circunstância, o Campo de Santana ainda sofreria um novo e profundo golpe: a construção da Avenida Presidente Vargas inaugurada em 1944. O plano para a abertura da avenida foi apresentado na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938, recebeu a anuência do presidente Getúlio Vargas e foi publicado em 1940.

A abertura desta artéria visava ligar a região da Candelária à Avenida do Mangue, facilitando o acesso a São Cristóvão, com passagem pela Cidade Nova. Contraditoriamente, o mesmo governo que criara o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN-1937), órgão com competência para preservar o patrimônio cultural, destombara o Campo de Santana tencionando permitir a amputação de 18% (18.216 m²) de sua área, privando os cariocas da completude do projeto de Glaziou perdida para a nova via. Várias edificações de inestimável valor histórico desapareceram, levando consigo ruas, moradores e sociabilidades, entre eles:

Destaco a polêmica demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a única de planta em oval dupla edificada no Rio de Janeiro, com forte inspiração

borromínica e internamente ornamentada com talhas de Mestre Valentim, além da Igreja e do Hospital do Bom Jesus do Calvário, do Largo e da Igreja de São Domingos, que incluía a Capela do Cônego, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Não menos lamentável foi a destruição do Paço Municipal, sólida edificação de influência neoclássica que presenciou relevantes fatos da história do Rio de Janeiro, bem como outro simbólico edifício – a Escola Benjamin Constant, situada na Praça Onze, o primeiro colégio público do Rio de Janeiro – veio abaixo ainda em 1938. (IDEM, 2016, p.161)

Com esta última intervenção, embora limitada a seu aspecto físico, conseguimos observar a diversidade e a força dos agentes históricos que fazem do Campo de Santana um concorrido campo de batalha pelas memórias que se pretendem hegemonizar e assim, ainda que em caráter provisório, tornar-se história, essa quimera sobre a qual nos debruçamos.

3- Jogo de memórias

A História Local possibilita a compreensão do entorno do aluno, sua localização na sociedade, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o estudante em contextos expandidos, promovendo leituras críticas da realidade em que vive, associando o cotidiano à experiência histórica mais ampla, o indivíduo, grupo e o mundo social. O produto pedagógico desenvolvido como parte desta pesquisa inclui a produção de um jogo didático onde os alunos possam perceber a multiplicidade de memórias sobre o Campo de Santana e como elas concorrem pela hegemonia na narrativa histórica da cidade e do Brasil.

Além da investigação sobre a concorrência memorialística, o jogo de memória é envolvido por uma série de atividades que acionam o conteúdo factual em paralelo a teoria da História com conceitos que inserem a disciplina no campo do conhecimento científico. Com isso, as atividades propostas visam redimensionar a importância social da área na formação do estudante, valorizando a autonomia intelectual do aluno e desenvolvendo uma ação que promove a iniciativa com o objetivo de construir seus próprios caminhos para aprender.

A fim de potencializar a capacidade pedagógica do “Campo de Santana”, uma das etapas do produto final é uma visita pedagógica. O próprio espaço é o recurso utilizado com o objetivo de sensibilizar o olhar dos alunos para as diversas memórias possíveis sobre o local e como disputam a hegemonia entre elas, bem como marcos importantes na história da cidade e seus significados.

A opção por um jogo, entre tantas possibilidades pedagógicas, decorre da percepção construída com a prática do ensino de História de que não ensinamos fatos históricos como episódios relevantes congelados no tempo. Sua relevância é determinada em função de análises do presente, isto é, processos históricos cuja relevância é determinada pelo presente, portanto, referenciais mutáveis. Quando é possível promovermos uma situação de aprendizagem, o que ensinamos são situações históricas através do diálogo com os dias de hoje, através dos conceitos de permanência, recorrência, mudança, ruptura, entre tantos outros que apontem para o movimento irregular do tempo. Neste sentido, um jogo pedagógico insere os jogadores num outro tempo e espaço e, para que o próprio jogo se desenvolva, estes precisariam refletir e tomar decisões de acordo com a posição dos diversos agentes envolvidos na dada conjuntura histórica, considerando uma gama de possibilidades. Diante destes impasses, os alunos perceberiam sua própria agência, assim como a disparidade na distribuição do poder.

Ainda durante o projeto de pesquisa, para efeito de ensaio, foi agendada para 05/07/2017 uma atividade de campo com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio do colégio estadual CAIC Tiradentes (turmas 3001, 3002 e 3003). A proposta inicial era testar o jogo pedagógico descrito adiante com a finalidade de realizar uma análise da dinâmica e entrevistar os alunos sobre sua experiência.

Uma semana antes da visita foi realizada uma aula focada no desenvolvimento do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro com foco na zona portuária e sua inserção na “Pequena África”, território no qual o Campo de Santana também estava incluído. Através da exibição de gravuras e fotografias de época, as mudanças na forma e função da região foram abordadas, causando profundo estranhamento nos estudantes que concebiam o Campo de Santana apenas como o jardim romântico reduzido a algumas quadras.

O planejamento do jogo previa a divisão das turmas em 14 grupos que receberiam uma ficha contendo uma imagem e dicas e sobre os pontos da região a serem identificados. Cada grupo deveria dirigir-se para o local sugerido, fotografar-se e retornar ao ponto de encontro, sendo ganhador o que realizasse a atividade com maior precisão e rapidez.

Os objetivos pedagógicos da atividade consistem na revisão do conteúdo trabalhado nas aulas de história sobre o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, associado à experiência concreta de contato com o processo inscrito no patrimônio material. Diante da multiplicidade de lugares de memória na área do Campo de Santana, o jogo propõe que o

estudante se depare com as memórias concorrentes materializadas no patrimônio e reflita sobre como elas disputam, como algumas são silenciadas e a razão pela qual algumas investem pesadamente para se fazerem lembradas. Essa avaliação terá como base a própria vivência da cidade ao ponderarmos sobre quais objetos recebem nossa atenção, quais nos parecem invisíveis ou ainda, quais parecem se esforçar por se fazerem presentes e, ainda assim, não conseguimos notá-los.

Tratando de objetos produzidos no transcorrer de três séculos, será possível apreender o conceito de simultaneidade através da avaliação de produções contemporâneas; ruptura, quando tratar-se de buscar referências espaciais que hoje apenas são verificáveis através da iconografia e continuidade, especialmente na análise das “rugosidades” (SANTOS, 2006), isto é, “formas espaciais oriundas de múltiplos períodos de tempo vinculadas na síntese do espaço como acumulação desigual de tempos históricos.” Ao tentar identificar na paisagem cotidiana elementos que os ajudem a reconstruir o passado, os jovens poderão trabalhar tal qual detetives e historiadores, estranhar o familiar e construir uma identidade positivada de morador do Centro enquanto bairro historicizado, desnaturalizando os problemas contemporâneos e conscientizando-os da importância da preservação como parte do exercício da cidadania. Para tanto, a opção por desenvolver um jogo, a despeito de qualquer outra atividade, decorre de:

Narrativo ou não, todo jogo é uma ficção, encenada em tempo real e, portanto, irreproduzível em suas especificidades. Mas é uma possibilidade de expressão mimética da realidade, o que implica seleção, recomposição e ressignificação de elementos do cotidiano – presente ou histórico –, em um ato acordado de fingir. Reconhecer e compreender os sentidos que se encontram presentes na ficção é, portanto, tarefa do participante que, mesmo engajado na fabulação, precisa analisar aspectos do mundo real. (ANTONI, ZALLA, 2013 p. 152-53).

A despeito do esforço despendido no planejamento, assim como nos demais processos históricos, o acaso determinou o curso da operação. Enquanto o grupo de alunos acompanhados pela professora visitava a gruta do parque, favorecidos pela altitude, avistaram policiais abordando um jovem homem negro que atravessava uma das alamedas com uma mochila nas costas. Não encontrando em seu poder nada que pudesse incriminá-lo, os agentes do Estado acusaram-no de desacato e tentaram algemá-lo, causando a indignação de todos, que resolveram intervir em favor do cidadão, vitimado pelo racismo institucional. Ainda que não tenhamos obtido êxito em nossa mobilização, a aula de campo voltou-se para a discussão acerca das relações étnico – raciais na sociedade brasileira, profundamente marcada pela ideia

de que a população negra compõe uma “classe perigosa”, haja a vista a manutenção em tempos de desemprego da “Lei de vadiagem” criada durante o Estado Novo, que prevê prisão simples de 15 dias a três meses a quem se entregar “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita”

Desta feita, diante da necessidade de o ensino de história voltar-se para uma leitura crítica da sociedade e comprometer-se com a formação de cidadãos participativos, enquanto professora ponderei que minha atitude combativa diante da injustiça seria a melhor proposta pedagógica a ser oferecida aos alunos no momento.

A seguir serão exibidos em sequência os materiais necessários às duas possibilidades de execução do jogo: em campo e em sala de aula.

PROPOSTA 1 – Atividade presencial

Lugares a serem identificados pelos alunos relacionando imagem apresentada pelo professor e paisagem.

Mapa atual da região da Praça da República / Campo de Santana



Legenda do mapa



Ponto de partida e encontro dos grupos.

1. Estação do teleférico;
2. Avenida Presidente Vargas;
3. Panteão de Caxias;
4. Portão da Avenida Presidente Vargas;
5. SAARA — Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega;
6. Casa de Deodoro;
7. Rua dos Inválidos;
8. “Monumento à humanidade”, caminho central do parque, entre os portões do Senado e SAARA;
9. Central do Brasil;
10. Arquivo Nacional;
11. Faculdade de Direito da UFRJ;
12. Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge;
13. Centro Cultural Museu Casa da Moeda;
14. Gafieira Elite.

Cartas com pontos a serem identificados e fotografados pelos alunos:

1 – Limite do Campo de Santana, local aproximado da construção da Igreja de Santana.



Campo de Santana em pintura de Franz Josef Frühbeck de 1818

2 – Avenida aberta para ligar o centro à zona norte da cidade, inscrevendo na memória o nome do presidente do Brasil à época, resultando na redução de 18% da área do parque projetado por Glaziou. Local onde o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido por um rojão em 2014 durante uma manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, dando início a uma campanha midiática de criminalização das manifestações populares.

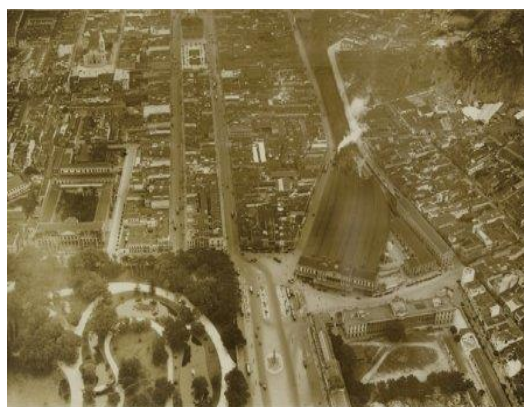


Imagem não identificada extraída de

<https://historiadorio.wordpress.com/2012/11/07/historia-avenida-presidente-vargas/>

3 – Entrada do Quartel General do Exército, ponto provável da “Proclamação da República”, lugar onde em 1926 fora instalado o “Monumento à humanidade” homenageando Benjamin Constant e sua esposa.



1900 -Foto: Anônimo extraído de

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>

4 - Placa de reconhecimento da memória monárquica sobre o espaço do parque, acesso principal.



Adriana Lorete/ Agência "O Globo"

5 - Comércio popular caracterizado pela diversidade étnica devido à onda de imigração durante virada do século XIX para o XX, especialmente de sírios e libaneses conhecidos como “turcos” por portarem passaporte do império turco-otomano. Recebeu também judeus de diversas origens, portugueses e espanhóis, além de recentemente observarmos o estabelecimento de muitos chineses.



Calçamento da rua da Alfândega
Malta, Augusto (1928)

6 - Residência do Marechal Deodoro da Fonseca, conhecido como “proclamador da República.”



Imagem não identificada extraída de <http://guiaculturalcentrodorio.com.br/casa-historica-de-deodoro/>

7 - Rua aberta como primitivo alinhamento do Campo de Santana durante o governo do Conde de Resende (1793 – 1801). Seu nome remete ao asilo construído em 1794 para abrigar soldados feridos em guerra.

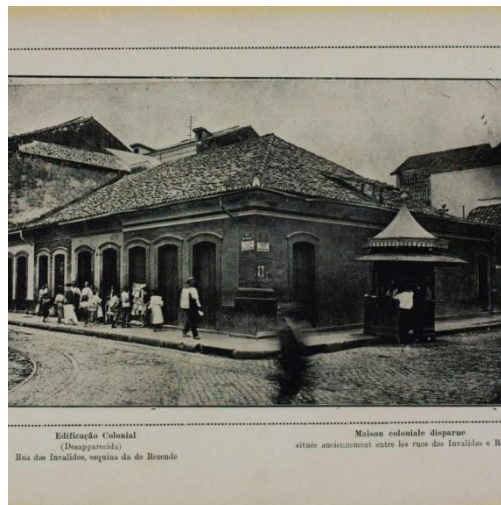


Imagem não identificada extraída de
http://esquinadosinvalidos.blogspot.com/2014/12/por-que-do-nome-rua-dos-invalidos_25.html

8 - “Monumento à Humanidade”. Monumento doado por positivistas em homenagem à Maria Joaquina da Costa Botelho Magalhães e seu esposo Benjamim Constant, lembrado como “fundador da República”. Foi instalado inicialmente diante do Palácio do Exército, no entanto, em 1945 devido à abertura da Avenida Presidente Vargas foi substituído pelo Panteão de Caxias e transferido para o centro da área remanescente do Campo de Santana.



Imagem não identificada extraída de
<http://inventariosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iiCOD=66&iMONU=Benjamim%20Constant>

9 - Antiga estação D. Pedro II, inaugurada em 1858, conhecida anteriormente também como Estação do Campo e Estação da Corte. Para sua construção foi necessária a demolição da Igreja de Santana em 1855.



Imagem não identificada extraída de
<https://www.flickr.com/photos/11124678@N02/2971950497>

10 – Construído para abrigar 2ª Exposição Nacional da Indústria em 1866, recebeu a Casa da Moeda entre 1868 e 1984, quando passou a ser ocupado pelo Arquivo Nacional, espaço de preservação de antigos documentos importantes para a preservação da memória e pesquisa histórica.



Imagem não identificada extraída de
<http://arquivonacional.gov.br/br/component/phocagallery/4-papeis-de-parede/detail/30-casa-da-moeda.html?tmpl=component&Itemid=0>

11 – A primeira sede do Senado do império foi construída em 1819 para ser a residência do Conde dos Arcos, último governante do Brasil até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro.

Em 1824, com o Brasil já independente de Portugal, o edifício foi comprado pelo imperador Dom Pedro I para a instalação do senado. Para adaptar o prédio à nova função, foi escolhido o arquiteto oficial do império, Pedro Alexandre Cravoé, que na reforma usou referências neoclássicas europeias da época. O senado ocupou o palácio de 1826 a 1925. Atualmente, o prédio abriga a faculdade de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Imagem não identificada extraída de
<https://www2.congressonacional.leg.br/visite/sedes-historicas>

12 – Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge.

As obras da igreja de São Gonçalo, iniciadas em 1750, perduraram até 1780. Em 1850, a então igreja de São Jorge, na esquina das ruas Luís de Camões (à época, de São Jorge) e a Gonçalves Ledo, estava em lamentável estado de conservação, razão pela qual a igreja de São Gonçalo deu acolhida à imagem do santo. Em 1854, as irmandades se uniram constituindo a venerável confraria dos gloriosos mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge.

São Jorge, que representa Ogum para os seguidores das religiões afro – brasileiras, tem muitos devotos. O dia dedicado ao santo, 23 de abril, é feriado municipal (desde 2002), e estadual (desde fevereiro deste ano de 2008). As missas começam às 05 h e seguem por todo o dia com a igreja sempre lotada de católicos e umbandistas.



Imagem não identificada

13 – Antigo Museu Real/Imperial. Neste prédio funcionou de 1907 a 1985 o Arquivo Nacional. Posteriormente, por um curto período (1986 a 1988) abrigou a Casa da Moeda antes de ser transferida para Santa Cruz. Atualmente funciona como Museu da Casa da Moeda.



Gravura de Bertichem -1856

14 – Construído para ser residência oficial de Duque de Caxias, o mesmo supervisionou diretamente a obra do imóvel de onde poderia observar o movimento das tropas dentro do Campo de Santana por suas 14 aberturas. Anteriormente, no período joanino (século XVIII), no mesmo lugar morou o intendente geral da polícia Paulo Fernandes Viana, pai da esposa de Duque de Caxias.

Desde 1930 abriga um clube de dança ironicamente batizado de gafieira após a crítica de um jornalista através da imprensa acusando-o de ser um “lugar de gafe” (maus modos).



Imagem não identificada extraída de <http://guiaculturalcentrodorio.com.br/gafieira-elite/>

PROPOSTA 2 – Atividade para a ser realizada em outros locais quando houver indisponibilidade de deslocamento. (Anexo 7)

JOGOS DE MEMÓRIAS

Uma segunda possibilidade de abordagem para as memórias solidificadas no patrimônio material na região do Campo de Santana é a adaptação do tradicional jogo de memória ao objetivo deste produto, que é levar o estudante a perceber como um mesmo espaço pode abrigar múltiplas narrativas sobre o passado formando sobreposições de tempo e perspectivas. Para tanto, imagens de diferentes períodos histórico de um lugar formariam pares que devem ser apresentados aos jogadores com informações sobre sua história pelo professor. (Anexo 6)

Passo a passo para aplicação do jogo de memórias:

1 - As cartas com as imagens devem ser dispostas ao lado dos pares para que os alunos possam realizar a leitura dos textos e observar as semelhanças e diferenças proporcionadas pela passagem do tempo;

2 - Após observação dos alunos pelo tempo que o docente julgar necessário e de acordo com o conhecimento prévio da turma, os pares de imagens deverão ser desfeitos – embaralhados – e dispostos em quadrantes para a visualização.

3 - Em seguida, as pictografias devem ser viradas ao contrário sem que mudem de posição.

4 - Individualmente ou em grupos, os envolvidos deverão escolher uma imagem, virá-la e indicar o ponto onde se encontra o respectivo par, retirá-lo da mesa e guardar consigo.

5 - O vencerá aquele que identificar o posicionamento do maior número de pares.

A importância desta atividade consiste na possibilidade de promover o contato dos estudantes de escolas cujo transporte para o centro do Rio de Janeiro seria inviável por fatores geográficos, econômicos ou qualquer outro. Convém ressaltar que o contato direto do aluno com o patrimônio torna a aprendizagem muito mais significativa, a experiência memorável e proporciona o acesso aos bens e equipamentos culturais da cidade que, especificamente no caso da capital fluminense, concentram-se no Centro e Zona Sul e, associados aos problemas de mobilidade urbana, deixam os cidadãos das demais regiões alijados de seu direito à educação, cultura e lazer. Desta feita, providenciar este jogo é apenas uma solução protética para adversidades que excedem os limites deste trabalho.

Para enriquecer a proposta pedagógica, sugiro que o professor faça uma pesquisa, ainda que breve, sobre a história do local onde escola está inserida e anteceda a aplicação do jogo de memórias com aulas que proporcionem a análise relacional do entorno de sua unidade escolar com os processos históricos mais amplos.

Uma segunda possibilidade de adaptação do jogo seria o levantamento de imagens e história da localidade em questão a fim de substituir as informações do jogo de memórias. No entanto, reconheço que esta recomendação é dificultada, na maioria das vezes, pelas condições de trabalho dos professores da educação básica ou mesmo pela parca disponibilidade das fontes de pesquisa primárias ou bibliográficas a respeito de muitas regiões.

Como veremos adiante, optei por uma avaliação coletiva e lúdica por respeito às características específicas do grupo com o qual desenvolvi o projeto. Isto posto, cabe a cada docente ponderar a importância do exercício com o jogo e o instrumento de avaliação que melhor se adeque ao contexto em que trabalha.

3.1 - METODOLOGIA

Como professora da educação básica e entusiasta da sensibilização provocada pelo contato com o patrimônio, reconheço as dificuldades para a execução de atividades de campo. Alguns gestores, sem contato prévio com a abordagem patrimonial, entendem a prática como uma maneira de esquivar-se do trabalho da sala de aula. Os alunos, por sua vez, quando não afetados, tendem a concordar com a proposição anterior. As vivências de construção do conhecimento histórico mediadas pelo patrimônio e espaço urbano apontam ainda para a superação das dificuldades que o ensino de história enfrenta, não tanto em relação à apreensão do conteúdo, mas pela interposição da leitura, uma vez que os estudantes, muitas vezes, apresentam baixos níveis de proficiência em compreensão de textos escritos. Com o objetivo de minimizar estas implicações no ensino de história, é possível investir no uso de dinâmicas com ênfase na oralidade, leituras críticas de imagens, mapas e, sobretudo do próprio espaço urbano em questão. A variedade de linguagens propostas ajuda a transportar o cerne do ensino do dado factual para a pesquisa e levantamento de hipótese pelos próprios alunos que, de acordo com Matozzi, afastar-se-iam da

(...) ideia de que a história coincida com a matéria escolar (portanto, com o sistema de conhecimentos do manual) e assumir outra ideia de história, muito mais produtiva, aquela de disciplina de pesquisa e de estudo. Eu proponho esta condição: a história é a disciplina que tem a finalidade de produzir conhecimentos sobre aspectos, fatos e processos do passado, mediante procedimentos regulados e controláveis e operações cognitivas e práticas de organização das informações e dos conhecimentos. (MATTOZZI, 2008, p.4)

Dentro do contexto pedagógico em que este trabalho se desenrola e busca acionar as memórias dos estudantes–moradores da região, acreditamos que uma aula de campo precedida de oficinas que acionem as memórias vividas e adquiridas (POLLACK, 1992, p. 200-212) sobre a região, promova reflexões com a presença do grupo no próprio local investigado e retorne com novas questões para a sala de aula seja de imensa valia, promovendo o exercício de deslocamento.

Trazer áreas históricas centrais degradadas para o diálogo com a escola não significa reinventar tradições, e sim buscar reaproveitar ou reciclar um capital de formas ainda remanescentes para a própria comunidade que ali escreveu sua história. (HOBSBAWN, 1997). Com isso, aproximamos o aluno da metodologia da História apresentando-os como produtores

de conhecimento, privilegiando sua agência na pesquisa e auto reconhecimento enquanto sujeitos históricos. Segundo Lefebvre, os espaços de representação são aqueles vivenciados e vividos com trocas, encontros, somatório de imagens e símbolos que acompanham os habitantes de uma área. É o espaço apropriado pela imaginação e pela memória que recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos (LEFEBVRE, 1986). Oportunizando o ecoar de suas memórias sobre o parque e entorno reforçaremos suas identidades para além do enquadramento da memória nacional, promovendo o respeito à multiplicidade. Com o registro destas narrativas e seu cruzamento com outras modalidades de fontes, apontaremos o caráter flutuante da memória, assim como sua característica de elemento tanto individual quanto social em decorrência dos pontos “herdados”. Com esta experiência, pretendemos estender a conclusão de Paulo Knauss sobre a leitura do livro de Paula da Paoli “Entre relíquias e casa velhas’ à nossa visita a um espaço tão familiar:

O leitor se encontra plenamente instrumentalizado para identificar na cidade vivida nos dias de hoje a presença da arquitetura daqueles tempos (...) e constatar a presença do velho e do novo, dando densidade histórica à experiência urbana (KNAUSS, 2013, p.13).

Os exercícios realizados ao longo deste projeto se propõem a trazer o conflito entre a memória monárquica e republicana para o centro da discussão, assim como proporcionar uma discussão sobre a natureza do tempo que auxilie os jovens a reconhecerem as múltiplas temporalidades e sua própria agência histórica, assim como seu próprio influxo na construção do conhecimento. Assim, contactando diretamente o patrimônio, se tornarão capazes de criar associações entre os objetos e os conteúdos estudados, elaborando suas próprias propostas de transformação relacional e real do espaço visitado (PIAGET, 1970, p. 30).

3.2 - Aplicação e desdobramentos do “Jogo de memórias”.

Após a elaboração do jogo de memórias apresentado à banca de qualificação do Mestrado Profissional em Ensino de História fez -se indispensável sua aplicação a fim de avaliar se a atividade alcançaria o objetivo proposto, as dificuldades apresentadas pelos alunos, assim como os possíveis percalços.

A atividade foi inserida no planejamento das turmas de terceiro ano do ensino médio do C.A.IC. TIRADENTES. O primeiro bimestre do ano letivo foi o momento ideal, uma vez que o conteúdo nominado como “Proclamação da República” e “República Velha” estão previstos para este momento. Como o cerne do trabalho é a tentativa de construção de uma memória republicana através da renomeação do Campo de Santana, a chave para o estabelecimento deste diálogo se encontrava no início do ano letivo.

Após a apresentação entre professora e alunos das turmas 3001 e 3002, realizei uma sondagem informal acerca do interesse pela história local. Como era esperado, grande parte dos estudantes dissera desconhecer e não possuir interesse por história em geral, além de considerar seu estudo apenas um componente obrigatório para a conclusão do ensino médio e sua consequente inserção no mercado de trabalho.

Durante minha trajetória como professora da educação básica na rede pública um dado é constante: os discentes acreditam não ter história. A história observada por eles é a história escolar e esta é a história dos “outros”. A conexão entre esta fala recorrente e o projeto de mestrado se deu quando lia despreziosamente no corredor, emprestado da própria sala de leitura da escola, o livro de fotografia “JR apresenta 28 milímetros: mulheres da Providência.” Fui cercada por alunos de turmas regidas por outros professores querendo ver o livro da “Provi”, apelido carinhoso pelo qual tratam a comunidade onde vivem. Vi olhos brilhando ao reconhecerem as tias, vizinhas e suas casas retratadas. Neste momento entendi que nenhuma história é mais mobilizadora que a história local, uma vez que toca nas identidades e promove o interesse, sobretudo o interesse em transformar. Se tornou indispensável pensar a região portuária como parte integrada ao Campo de Santana e partir de sua história para promover a discussão a respeito dos projetos políticos pretendidamente nacionais.

Segundo Yves Chevallard "um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino." (1998, p. 39). Ou seja, para tornar a história do Campo de Santana um saber “ensinável” foi necessário relacioná-lo a suspeição generalizada que recai sobre os habitantes de seu entorno transversalmente a história da cidade.

Para tanto, reorganizei meu planejamento e incluí duas aulas expositivas antes de chegarmos à proposta do jogo de memórias. Considerei a dificuldade geral apresentada pelos alunos do C.A.I.C. Tiradentes em leitura e escrita. Não cabe a nós, enquanto equipe pedagógica, buscar as causas do problema, uma vez que estes estudantes são egressos de outras redes de ensino. Porém, a comunidade escolar tem como acordo tácito encontrar maneiras de contornar a situação, incrementando o cabedal cultural do grupo e, desta forma, ampliar o letramento e, conseqüentemente, avançar no processo de alfabetização. Considerando este dado sobre o corpo discente, preparei as apresentações privilegiando imagens (gravuras, fotografias, mapas, charges, ilustrações e etc.).

Na rede estadual de educação do estado do Rio de Janeiro são previstas para o Ensino Médio semanalmente duas aulas de 50 minutos para o componente curricular História. Pela experiência docente, observo que este tempo é reduzido para cerca 80 minutos se considerarmos a acomodação dos alunos, chamada, suas naturais dispersões e etc. Desta forma, modulei as apresentações de modo a contemplar a história geral da cidade do Rio de Janeiro e, no encontro seguinte, a História da Providência e do Campo de Santana.

Antes de iniciar as apresentações pedi que os alunos respondessem em sala de aula a pergunta: “O que você sabe sobre o Campo de Santana?”. Quando chegassem em casa deveriam perguntar a seus responsáveis: “O que você conhece sobre o Campo de Santana?”

Muitos estudantes de ambas as turmas responderam que nada sabiam sobre o local inferindo que a pergunta pressupunha um prévio conhecimento histórico. No entanto, o assunto mais presente nas respostas foi a presença dos animais e o perigo de roubo no local.

Pude observar pelos textos que os jovens admiram a beleza do parque, mas sentem-se desencorajados a visitá-lo pelo receio de serem assaltados. A presença de moradores de rua também foi apontada como motivo de preocupação. Isso relaciona-se a minha ideia a respeito da permanência da mentalidade que confere a elementos marginalizados o atributo de pertença as classes perigosas. Porém, o mesmo adolescente que desperta medo por ser, em sua maioria, negro e morador de favela, alimenta similar temor quanto àqueles que estão em situação de mais grave desamparo.

Observemos a fala de Nathiely Duarte Santana da Silva ,17 Anos:

“O Campo de Santana na minha opinião já foi muito mais frequentado, organizado e bem monitorado. Passei praticamente toda minha infância lá. Hoje em dia passou a ser apenas um lugar, é tudo muito sujo você já não vê mais animais como antes hoje em dia vive sempre muito cheio de moradores de rua. Usuários de drogas. (sic)

A estudante deixou de ser criança há pouco tempo e observa as mudanças na gestão do parque. Porém, prestes a se tornar adulta, foi incorporada à sua visão a velha impressão de que cidadãos que teriam o direito de contemplar a natureza do parque estariam no “lugar errado” por estarem em situação de moradores de rua. Outras vezes, tratam-se de trabalhadores do comércio adjacente descansando em seu horário de almoço. Assim, o jardim idílico de sua memória torna-se “apenas um lugar” real e contraditório demais para ser frequentado. O ócio dos pobres é suspeito.

O que mudou foi o Campo de Santana ou Nathiely ao crescer? Em 1810 o comerciante inglês Luccock já se escandalizara com “soldados da polícia lavando-se, em plena luz do dia, ‘completamente nus com a maior indecência, no chafariz do Campo de Santana.” (El-Kareh, 2014, p.20).

Dos 29 textos produzidos com as impressões sobre o Campo de Santana, somente em dois apareceu a palavra República. Mayara Reis de 17 Anos diz “É um parque localizado na Praça da República no Centro do Rio De Janeiro. (sic)” A jovem foi uma das duas pessoas dentre os 29 estudantes e cinco responsáveis a nomear o espaço pelo nome proposto pela mudança de regime político em 1889.

A segunda ocasião em que a República é reportada foi na produção de Ana Carolina Hozana B. Marques, 17 anos: “É um parque na Praça da República e uma referência ao fato dela ser localizada nas proximidades de onde ocorreu a proclamação da República em 89 nos tempos coloniais era um grande campo grande de pântano. Só sei isso. (sic)” Modestamente Ana Carolina supõe saber pouco sobre o local, embora possua um conhecimento mais amplo que boa parte dos transeuntes que se deslocam para embarcar nos trens da estação Central do Brasil.

Poucos responsáveis participaram da atividade. Não é possível afirmar que houve falta de interesse da família; apenas posso dizer que houve dificuldade por parte dos

adolescentes para acessar os adultos da casa por múltiplas razões que desconheço. Apenas cinco mulheres entre 38 e 69 anos se disponibilizaram a responder o que sabiam sobre o Campo de Santana, das quais uma senhora de 50 anos, mãe da aluna Maria Clara, segundo sua filha “falou que só sabia que o Campo de Santana tem algo haver (sic) com a Proclamação da República.”

Mais uma vez podemos observar que pessoas portadoras de um conhecimento singular se sentem inseguras em responder com maiores detalhes quando a questão parte daqueles que consideram portadores de um saber específico mais amplo que o seu. A leitura dos conhecimentos prévios dos jovens e seus responsáveis serviria, a partir de então, como elemento de reflexão sobre o alcance do projeto pedagógico em desenvolvimento, cujo objetivo passou a ser a posterior comparação com os textos produzidos após a atividade de campo.

3.3 - Panorama geral do público

As turmas de terceiro ano do ensino médio têm cerca de trinta e cinco alunos matriculados. No entanto, é comum, não apenas nesta unidade, como em outras escolas da rede estadual de educação, certa sazonalidade. Isto é, alunos que não abandonam de fato a escola, porém, são faltosos. Como há alternância entre os ausentes, dificilmente encontramos a turma completa.

Contamos também como uma grande circulação de alunos, ou seja, boa parte dos matriculados no início do ano letivo não concluem a série. Paralelamente, há uma quantidade considerável de alunos que transitam pela rede de escolar, acompanhando apenas parte do processo pedagógico em cada unidade.

Parte dos estudantes de ambas as turmas são também trabalhadores no período da tarde, seja ajudando os pais no mercado informal, seja através do Projeto Jovem Aprendiz. Atendendo a Lei de aprendizagem de (10.097/00), a iniciativa estimula o trabalho do jovem no país e vai ao encontro da minimização da grande dificuldade que a população com pouca idade tem em conseguir o primeiro emprego.

Assim, muitos alunos empurrados pela necessidade acabam priorizando as demandas do trabalho sem dedicar a atenção necessária à escola. Tendo em vista o desgaste físico que muitas atividades exigem, como consequência observamos inúmeras

impontualidades, sobretudo nas primeiras aulas da manhã, comprometendo gravemente o processo de ensino-aprendizagem.

Somado a isso, temos um considerável quantitativo de jovens mães e pais que, dedicados ao cuidado com suas crianças, apresentam baixa frequência escolar ou atrasam-se regularmente por primeiro deixar os filhos nas escolas para apenas depois se dirigirem as aulas que iniciam simultaneamente às dos pequenos.

Apresentadas as dificuldades gerais fica mais fácil perceber a razão pela qual, mesmo o projeto envolvendo duas turmas, poucos foram os alunos que conseguiram participar de todas as etapas. Ainda assim, é possível observar que o contato parcial com o conteúdo já indica mudança sensível nas visões sobre a região em que vivem.

3.4 - O uso do jogo da memória

Na terceira semana voltada ao projeto, após as aulas expositivas sobre a História do Rio de Janeiro e História do Campo de Santana e seu entorno, foi proposto às duas turmas o uso do “Jogo de memórias” produzido pela professora. O jogo consiste em 15 pares de cartas contendo imagens antigas e recentes de lugares do situados dentro da área original do Campo de Santana. Esta área é compreendida como o grande quadrilátero assim nomeado desde o século XVIII. Sendo assim, construções e monumentos hoje fora da área do parque entraram nesta pequena seleção.

Abaixo das imagens contidas nas cartas há breves textos contendo informações históricas sobre o lugar representado. Optei conscientemente por não trabalhar com imagens ou textos idênticos com o objetivo de atribuir certo grau de dificuldade e desafio ao jogo. Por ser voltado ao público conluente do ensino médio, a facilidade excessiva poderia desestimular sua participação.

O jogo é simples e possui poucas regras. O ideal é formar grupos de no máximo quatro alunos para que aconteça um número significativo de rodadas. Por outro lado, quanto mais rodadas acontecerem, menor será o desafio, pois a tendência é que os alunos memorizarem com mais facilidade a posição das cartas sobre a mesa, dando menor atenção ao conteúdo nelas representado. Desta feita, fica a critério do professor regente a

escolha do número de participante de acordo com a característica da turma atendida, tal qual o tempo disponível para a execução da tarefa. Sugiro que se divida a turma em grupos com números pares de jogadores para evitar empates no número de cartas semelhantes encontradas. Ganha quem conseguir relacionar a maior quantidade de cartas.

As turmas 3001 e 3002 contaram com uma dinâmica diferente de execução do jogo por especificidades relacionadas aos horários das aulas.

Na turma 3001 conseguimos formar quatro grupos com seis alunos. As cartas foram dispostas sobre a mesa voltadas para cima. Reservamos em torno de 15 minutos para a observação das imagens e leitura dos textos.

Após este intervalo, as cartas foram embaralhadas e redistribuídas sobre a mesa com a face voltada para baixo. Os participantes deveriam escolher uma carta, virá-la para cima e tentar localizar seu par. Caso acertasse, o par de cartas sairia da mesa; ficava consigo e seria considerado um ponto. Se a segunda carta não fosse o par da primeira escolhida, ambas retornariam à posição inicial com a imagem para baixo e ao colega seguinte era dada a oportunidade de jogar. Esta operação era repetida até que todos os pares de cartas fossem encontrados. Verificava-se o número de pares com cada jogador; quem tivesse maior quantidade era considerado ganhador.

Na turma 3002 utilizamos a mesma dinâmica, porém, só foi possível formar dois grupos de três e quatro alunos cada. A frequência das aulas de história nesta turma é bastante baixa, não por falta de empatia com a disciplina, mas devido ao fato de as aulas começarem às 7 horas da manhã de sexta-feira. As dificuldades já apresentadas somadas a um horário tão cedo, agravadas pelo cansaço da semana de estudo e trabalho, fez com que parte significativa do grupo não participasse desta etapa do trabalho.

O jogo de memórias transcorreu sem maiores percalços em ambas as turmas, sobretudo por ser um jogo muito popular entre crianças e adolescentes, portanto, suas regras já eram perfeitamente dominadas pelos estudantes. Além da facilidade com que executaram a tarefa, pude também observar entusiasmo e curiosidade no processo.



Foto 1: Grupo da turma 3001 observa as imagens e faz a leitura dos textos antes de iniciar o jogo.



Foto 2, 3 e 4: Grupo da turma 3001 localizando pares de cartas.

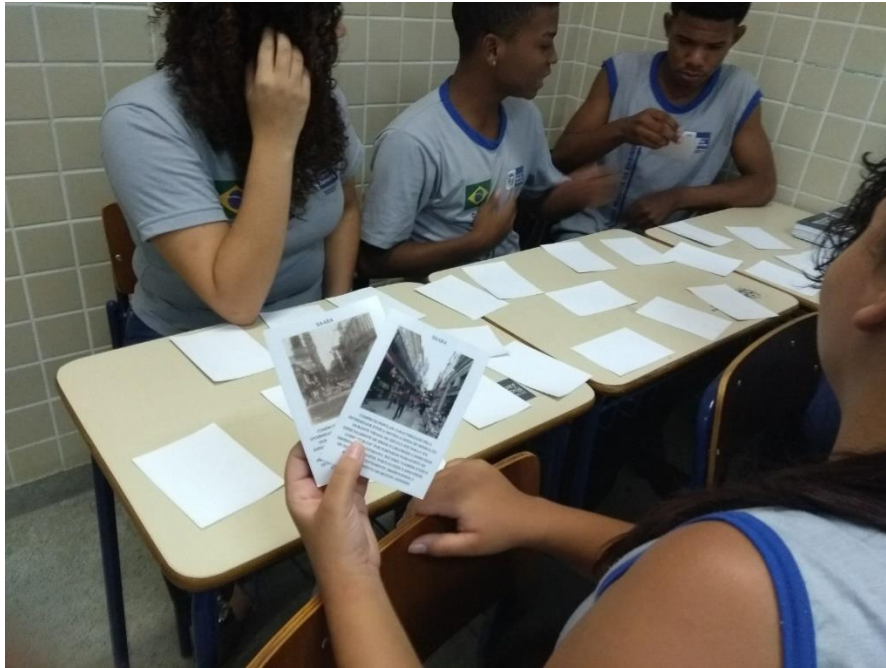


Foto 3



Foto 4



Foto 5: Grupo da turma 3001 localizando pares de cartas.



Foto 6: Grupo da turma 3002 observa as imagens e faz a leitura dos textos antes de iniciar o jogo.

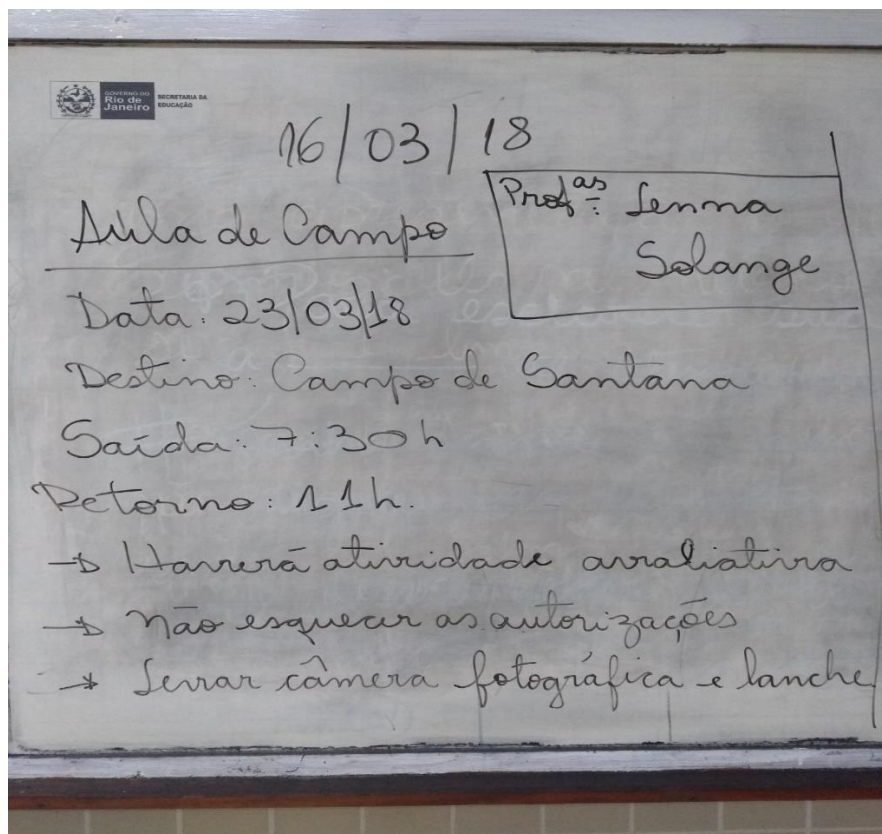


Foto 7: Lembrete da aula de campo na semana seguinte.

3.5 - No olho da rua: reconhecendo os lugares estudados.

Na sexta-feira subsequente à aplicação do jogo de memórias foi programada uma aula presencial ao Campo de Santana com as duas turmas. A proposta foi recebida com empolgação pelos estudantes, mesmo com o aviso de que o objetivo do “passeio” (como no senso comum escolar são chamadas todas as atividades realizadas fora da sala de aula) teria como objetivo avaliar o potencial pedagógico do jogo que do qual haviam participado na semana anterior.

Por iniciativa dos próprios alunos foi organizado um piquenique com lanches variados, toalhas, cangas, caixa de som, bolas e bambolês. Vi com otimismo a logística do grupo, afinal, não sairíamos para um lugar novo, nem tão pouco contaríamos com

qualquer apoio da SEEDUC/RJ ou da Fundação de Parques Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Partimos às 7:30h. da escola e caminhamos por cerca de 20 minutos até o portão do Campo de Santana voltado para a Avenida Presidente Vargas. Por ele entramos no parque e numa roda de conversa fizemos uma breve revisão da aula que tivemos em sala sobre o desenvolvimento urbanos da cidade, a importância do Campo de Santana enquanto eixo entre o núcleo urbano inicial e a zona norte, assim como sua articulação com a zona portuária e a ocupação do Morro do Livramento.

Todo o tempo mantive o cuidado em não indicar os lugares representados nas cartas do “Jogo de memórias” pois um dos objetivos da visita era averiguar o quanto os alunos seriam capazes de reconhecer no próprio espaço / patrimônio os lugares de memórias que havíamos discutido nas aulas.



Foto 8: Revisão no portão da Avenida Presidente Vargas.

É necessário agradecer o indispensável apoio das colegas Profa. Solange, de língua portuguesa e Profa. Júlia, de artes. Sem elas, sair a pé pela cidade seria uma tarefa impossível, além de suas intervenções nas respectivas áreas de conhecimento que conferiram um caráter transdisciplinar ao projeto.

Vale ponderar o interesse dos passantes pela aula em curso. Muitos se mostraram curiosos, paravam para ouvir e alguns fizeram perguntas. Esta participação popular, além de refutar o consenso sobre o desinteresse geral por história, nos faz pensar sobre a eficiência do Campo de Santana enquanto lugar projetado como sustentáculo da memória republicana. A República não estava em cada boca para que repentinamente se tornasse palavra e nomeasse a praça; ainda hoje, a despeito dos esforços, não se tornou memória vivida e revivida em cada gesto (NORA, 1993). O cidadão usuário do parque desconhece a referência à República e, principalmente, o episódio da proclamação que se desejou eternizar. O que temos diante dos olhos e debaixo dos pés é um campo de histórias em batalha pela memória. Ou um sítio de interesse histórico que pretende fazer lembrar o que o fluxo da vida esquece?

Seguimos nosso “tour” contemplando a natureza artificial do jardim inglês atendendo à expectativa de Glaziou. Este foi o momento oportuno para chamar a atenção a respeito do texto de Ruana Medeiros, de 18 anos. Quando indagada sobre o que sabia no tocante ao Campo de Santana respondeu “(...) quando eu era pequena eu achava que ali era a quinta da Boa Vista porque é cheio de plantas e tem um lago. É um bom espaço para fazer piquenique, estudar e andar de bicicleta.”

A resposta da jovem nos mostra que o simples contato com o patrimônio material despertara, ainda na infância, a percepção das características estilísticas do paisagista francês Glaziou, posto que este projetara ambos os espaços que a estudante pensara ser o mesmo. Atenta aos detalhes, as curvas sinuosas, lagos, grutas artificiais e árvores frondosas chegaram a confundi-la.

Após breve caminhada e brincadeiras com os animais, o grupo escolheu uma árvore para descansar e fazer o piquenique. Apesar da aparente dissociação entre a prática da comensalidade e o conteúdo da aula de campo, este momento todo tempo fora previsto na atividade pedagógica como um exercício de experimentação do direito à cidade que segundo Lefebvre (2008, p.62) consiste também em

(...) direito de encontro e reunião; lugares e objetos devem corresponder a certas necessidades, em geral mal conhecidas e a certas funções menosprezadas, mas por outro lado transfuncionais: a necessidade de uma vida funcional e de um centro, a necessidade e funções lúdicas, a função simbólica do espaço (...)

Dessa maneira, usar o Campo de Santana compreende um exercício de cidadania mais amplo que sua utilização como via para encurtar caminho. Fazer um piquenique é o reconhecimento da vocação plural dos usos dos espaços públicos por parte da população local e assentir que os “cidadãos podem estabelecer relações de pertencimento, estimulando práticas de convívio social, fomentando a participação e, no caso da cultura, a criação, uso e fruição de bens culturais.” (AHMED, 2015, p. 376), tal qual o conhecimento histórico atua em relação a formação das identidades. O ensino e a aprendizagem através da ocupação do espaço público promove a apropriação do saber histórico tornando a vivência ancoradouro do conhecimento, assim como faz da prática pedagógica um exercício de cidadania, isto é, “museus, bibliotecas, praças públicas, como espaços do ponto de vista físico, qualificam-se não como mero suporte, mas como elementos construtores da cidadania no seu vetor cultural como representação.” (IDEM, p.386.)



Foto 9: Piquenique organizado pelos alunos do CAIC Tiradentes no Campo de Santana.

Terminado o lanche, seguimos para a gruta com o objetivo de ter uma visão geral da área e dali partirmos para a execução da atividade principal prevista para a visita.



Foto 10: Vista interna da gruta.



Foto 11: Alunos observam o Campo de Santana da parte superior externa da gruta.

A proposta de reconhecimento in loco através do jogo de memórias consistia numa tarefa simples. Reunir o grupo num ponto central do parque, distribuir as cartas contendo imagens antigas dos lugares a serem reconhecidos e pedir que os estudantes os encontrassem, fizessem uma “selfie” (autorretrato) e retornassem ao ponto de encontro.

Não houve orientação de nenhuma espécie de competição entre os alunos. Quando projetei a atividade previ que os estudantes que mais rapidamente reconhecessem o local, o fotografasse e retornassem ao ponto de inicial seriam considerados ganhadores. Porém, no transcorrer da aula de campo, percebi uma integração positiva entre o grupo e curiosidade suficiente para fomentar a participação sem que isso trouxesse consigo a necessidade de sobressair diante dos demais. De fato, assim funcionou. Tanto que, devido à pequena quantidade de alunos da turma 3001 em relação aos colegas da turma 3002, foi preciso formar alguns grupos mistos. Essa composição aconteceu sem resistência, o que podemos considerar uma exceção, se tratando de adolescentes.

Todos os grupos fotografaram os locais com incrível facilidade e rapidez. Obviamente, é preciso levar em conta o fato de serem moradores da região e procurarem por lugares que fazem parte do seu cotidiano; o desafio estava em reconhecê-los com base nas referências histórias fornecidas nos textos das cartas do jogo.

Apenas um grupo errou fotografando a Casa da Moeda em vez da Rua dos Inválidos. Este local deveria ser identificado por sua importante função de limite do Campo de Santana, assim como conexão entre a região e o antigo caminho de Mata Cavalos, atual Rua do Riachuelo. Em minha avaliação, o que houve foi uma confusão em função do ângulo que utilizaram para buscar o lugar, tornando-o semelhante ao ângulo do prédio que aparece na carta indicativa. Soma-se a isso a presença do edifício da Escola Municipal Campos Sales que obstrui a visão que parte do interior do parque justamente da aresta representada na carta.

Estes alunos optaram por circular apenas dentro das grades do parque e o local onde conseguiriam visualizar a Rua dos Inválidos é a parte onde ocorre menor fluxo de pessoas, portanto, considerada a área mais perigosa. Isso me leva a inferir que os três atingiram o objetivo e identificariam os demais pontos apresentados, no entanto, é necessário mudar a imagem da carta para obter melhor aproveitamento da atividade, sem indução ao erro.

Imagem apresentada na carta “Rua dos Inválidos”



Edificação colonial (Desapropriada)

Rua dos Inválidos esquina com Rua do Rezende

(Autor e data não identificados)



Foto 12: Fotografia produzida pelos alunos do CAIC Tiradentes em 23/03/2018 na esquina da Rua da Constituição com Praça da República.



Localização dos pontos fotografados



Atual aparência da Rua dos Inválidos

Além deste grupo todos os demais fotografaram corretamente os pontos indicados nas cartas do jogo.



Foto 13: Palácio Duque de Caxias.
Antigo Quartel General Do Exército



Quartel General do Exército

Casa Histórica de Deodoro



Foto 14: Casa histórica de Deodoro



Detalhe da placa comemorativa na Casa histórica de Deodoro



Foto 15: “Monumento à Humanidade”.



Detalhe “Benjamin Constant” no Monumento à Humanidade.



Foto 16: Saara



Rua da Alfândega em 1923 (A Associação Comercial dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega - SAARA- foi criada em 1962.)



Foto 17: Arquivo Nacional



Cartão postal da Casa da Moeda, onde funciona atualmente o Arquivo Nacional.

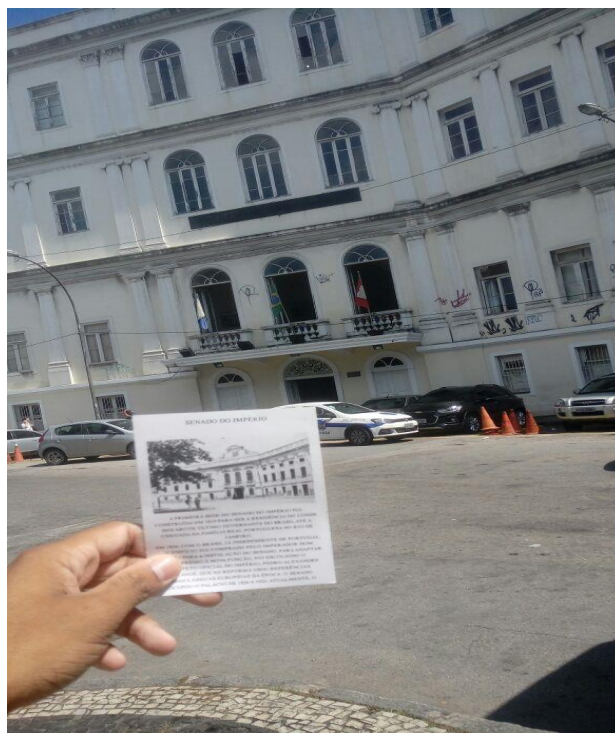


Foto 18: Faculdade de Direito-UFRJ



Senado do Império



Foto 19: Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge



Ritual de religião de matriz afro-brasileira celebrado entre o Campo de Santana e a Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge.



Foto 20: Avenida Presidente Vargas – Século XXI



Avenida Presidente Vargas - Século XX



Foto 21: Estação Central Do Brasil



Estação D. Pedro II



Foto 22: Gafieira Elite



Banda "Os Copa Vips" tocando no interior da Gafieira Elite

Do ponto de vista pedagógico, considerei atividade extremamente exitosa devido ao grande número de acertos a questão objetivamente proposta, isto é, reconhecer lugares anteriormente estudados. Por outro lado, num sentido muito mais amplo, que é o da construção da cidadania através do sentimento de pertença a cidade, algumas situações me apresentaram uma perspectiva positiva da amplitude desta experiência.

Ainda durante o piquenique, enquanto apontava no espaço as características do paisagismo inglês, fiz uma breve comparação com as características do ajardinamento da Praça Paris, no bairro da Glória. Prontamente um grupo de alunos pediu que programássemos uma visita ao lugar. Completaram ainda o pedido com a solicitação da inclusão no programa de uma visita à Quinta da Boa Vista com o objetivo de expandirem seus conhecimentos sobre o conjunto de trabalhos de Glaziou. As professoras explicaram as dificuldades financeiras pelas quais as escolas do estado do Rio de Janeiro vêm passando, o que inviabiliza qualquer atividade que dependa de investimento em transporte. Surpreendentemente, os estudantes se dispuseram a vender doces para levantar fundos e custear a pequena viagem. No meio desta conversa surgiu uma terceira sugestão ainda mais curiosa: uma visita guiada pelo próprio morro onde vivem.

Não atribuo a iniciativa por conhecer lugares de interesse histórico exclusivamente ao projeto desenvolvido, porém, acredito que experiência tenha ajudado a romper as fronteiras invisíveis impostas a grupos marginalizados da sociedade. Confiantes em seu direito à cidade, incluindo neste o direito ao ócio contemplativo dos jardins reservado aos cidadãos enquadrados nos parâmetros europeus, todos os parques e sítios se tornaram pousos possíveis.

Na foto 13 estão retratados os alunos Rhuana e Adiel. Este, após as instruções da atividade, perguntou-me se poderia fazer sua fotografia além das cercas do parque. Logo completou dizendo que seu registro precisava se feito do lado de fora “porque o Campo de Santana era muito maior que isso”, o que demonstrando domínio sobre o conteúdo estudado.

Na foto 21, a aluna Márcia Vitória declarou seu cuidado ao escolher o ângulo para fotografar a Central do Brasil de modo que o morro da Providência fosse enquadrado, ainda que pequenino, entre os prédios. Com isso, pude verificar que o objetivo de tecer uma narrativa em que a Favella fosse descrita incorporada ao Campo de Santana através

do projeto pedagógico fora alcançado. A preocupação da jovem em dar visibilidade concreta ao morro aponta para o desejo simbólico de querer ver sua comunidade na história da cidade.

Com isso, retornamos satisfeitos pela construção coletiva com o mínimo de recursos disponíveis.

3.6 - Avaliação

Assim como boa parte do projeto transcorreria privilegiando o lúdico e a livre expressão dos discentes, optei por uma avaliação onde os estudantes pudessem criar enquanto estabelecessem um diálogo entre passado e presente. Para tanto, selecionei fragmentos de textos, em sua maioria dos séculos XIX e XX, que abordassem os lugares estudados (Anexo 6). Estas passagens foram extraídas em sua quase totalidade dos livros “Império do Divino” (ABREU, 1999) e “Cidade Rebelde” (SANTUCCI, 2008).

A atividade consistiu na leitura crítica das fontes e da redação coletiva de um pequeno texto com as impressões consoantes ou não com o fragmento ofertado. Misturado aos textos havia também os autorretratos produzidos pelos alunos impressos.

Sem que soubessem, com esta miscelânea de textos antigos, textos recém escritos e imagens os grupos deveriam produzir um grande móbile.

Optei por esta modalidade de escultura por seu diálogo com a História. Sua forma construída pelo homem, porém, inacabada se reconstrói constantemente tal qual as sociedades humanas. A variedade de ritmos assumidos pelos pêndulos nos remete às múltiplas temporalidades e, sobretudo, o móbile com seu caráter de objeto animado, ao chacoalhar os textos antigos e novos nos faz refletir sobre os movimentos que fazem alguns passados constantemente presentes em seu ir e vir.

Ao misturar aos papéis leves dos textos escritos e o peso da impressão fotográfica minha intenção foi, metaforicamente, representar uma subversão da interpretação ligeira da História como passado estático usando a escultura móvel. É o desequilíbrio provocado pela carga das fotos que mantém o móbile em movimento. Assim como a juventude periférica foi instada a perceber seu “peso” quando se viu como agente histórico na obra.

Desequilibrando a distribuição dos usos do espaço da cidade, aprenderam a atuar como forças motriz na edificação do conhecimento histórico e rearranjo da realidade.



Foto 23: Confeção da base do móbile



Foto 24: Produção de texto para o móbile



Foto 25: Móbile produzido coletivamente pelas turmas de 3ºano exposto na secretaria do CAIC Tiradentes.

Muitas composições de pares de textos ou imagens surgiram desta construção, todavia, algumas merecem destaque, como a produzida por Juan, de 18 anos:

Subimos o morro por um caminho íngreme bordado de águas empapadas por onde vão negras maltrapilhas, moleques desnudos, tipos suspeitos de lenço no pescoço. É impossível acreditar que no centro habite gente tão estranha, com uma vida tão própria.

Jornal Gazeta de Notícias, 21 de maio de 1903.

O morro não é mais assim ele mudou muito é um lugar alegre mas ainda há violência, pessoas de diferentes classes social, não há pessoas estranha elas se vestem como nós é um lugar bom de se viver. (sic)

Juan Caio, 18 anos, turma 3002

O rapaz investe numa projeção positivada de seu território, falando das rupturas e continuidades. Os vários projetos de urbanização que passaram pelo Morro da Providência certamente melhoraram sua aparência, diversificaram a composição social dos moradores, mas a violência sempre se faz presente. Os tipos suspeitos da Belle Époque carioca continuam sendo alvos de receio por parte do Estado. O jovem Ruan não percebera que todos os moradores do morro são considerados estranhos, independente da roupa que vestem. Seu interlocutor do passado fala de “outros” estranhos à cidade: ele mesmo e seus vizinhos. Contudo, quando diz que as pessoas “se vestem como nós”, apresenta sua perspectiva a partir do morro, de onde o que vê é um lugar bom de se viver.

Quantas revelações num texto de apenas três linhas! Neste fragmento especificamente parece haver uma ampliação da favela de modo que o “nós” é significado enquanto o regular. Ora, se no mundo em torno de Juan todos são como “nós”, ou de fato o morro foi integrado à cidade ou se isolou completamente dela. Mas esta seria outra história para muitas investigações.

“Parece mais um campo afastado do que o centro de uma grande capital, como por vários motivos deveria ser considerado. É ali que se realizam as paradas militares celebrativas dos dias da independência e da aceitação do regime constitucional. O que mais me interessou no Campo de Santana foi a lavanderia constantemente ocupada por numerosas negras...”

Herman Burmeister, viajante naturalista alemão que visitou o Rio de Janeiro em 1853.

“O Campo não é considerado ainda como devia hoje em dia, se realiza ainda paradas militares celebrativas do dia 7 da dependência. o campo não é mais visitado pelas lavandeiras porque o chafariz não sai mais água. hoje em dia passa milhares de pessoas por lá mas lastimavelmente ninguém tem o devido conhecimento sobre o local. (sic)”

Ana Carolina Marques, 17 anos, turma 3001

Ana Carolina chama atenção ao lamentar a falta de conhecimento histórico pela população. A relação de afeto estabelecida com o lugar é evidenciada pelo uso das expressões “o Campo não é considerado ainda como devia” e “lastimavelmente ninguém tem o devido conhecimento sobre o local”. Talvez haja um pouco de indignação pelo mal-uso do espaço. No entanto, se compararmos esta produção com a resposta dada pela adolescente quando respondeu à pergunta “O que você sabe sobre o Campo de Santana?” nos surpreenderemos com a mudança. No início do projeto seu texto faz uma breve menção à Proclamação da República e se encerra com a frase “Só sei isso”.

Associo o nascimento de um sentimento em relação ao espaço transformando-o num lugar à constituição das identidades. Quando pouco sabia sobre o parque este não tinha nenhum significado; não pertencia a estudante nem fazia parte de seu mundo.

Após a paulatina apresentação durante as aulas, a experiência com o jogo de memórias e a vivência no espaço propriamente dito, o Campo de Santana, que até então era apenas um vizinho desconhecido, tornara-se um amigo próximo que se quer preservar e honrar. A transformação fez do local um lugar, conforme nos esclarece Barros (2017, p.171) “(...) um lugar precisa ser nomeado, pressentido por alguém como dotado de singularidade. O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. O lugar, assim, é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentido.”

Observemos, então, como a narrativa de mais um estudante descreve a construção de uma nova subjetividade memorial a respeito do espaço. Transformando sua significação vemos novamente um local ser alçado à categoria de lugar:

“Então, na real, eu não sabia nada sobre a casa do Deodoro. E depois do passeio eu aprendi alguma coisa como: lá se guarda vários objetos pessoais dele e históricos. As estruturas das paredes ainda são todas em pedra (da época da proclamação da República)

O engraçado é que eu passava ali quase todos os dias sem ao menos saber que lá é que foi assinado a proclamação da República.

Lucas, 19 anos, turma 3002 sobre sua foto na casa de Deodoro.

Para Lucas, da visita em diante a Casa histórica de Deodoro deixara de ser um prédio diluído entre tanto outros para se tornar um suporte para a memória republicana (POLLAK, 1992) que herdara através das aulas de história, se considerarmos esta uma narrativa - seleção realizada pelo docente.

Em suas memórias individuais o contato com o espaço enquanto experiência vivida poderá constituir um importante elemento identitário, pois passar ali todos os dias provavelmente terá um novo sentido. Seu território, muitas vezes descrito como perigoso, feio, tumultuado, entre tantos outros adjetivos atribuídos à região, agora será lembrado como palco de um importante episódio da história política do Brasil.

Conclusão

Meu objetivo nesta pesquisa foi desanuviar a relação complexa que muitos cariocas têm com este clarão verde no Centro da cidade. Tão próximo e tão desconhecido; admirado e temido, raramente passa despercebido. Não houve até a redação desta conclusão apenas um indivíduo que não demonstrasse curiosidade diante da professora que pesquisa o Campo de Santana.

Na prática anterior ao trabalho, as aulas de campo apresentavam imensa dificuldade diante da necessidade de apresentar um patrimônio material tão amplo e diverso. Como abordá-lo sem cair na tentação da linearidade? Como fazer da visita uma aula em vez de um passeio? Como fazer desta aula também um momento aprazível? E, sobretudo, como satisfazer a curiosidade individual que há anos me perseguia: porque o carioca não se apropria do nome Praça da República? Estas são algumas das questões que procurei esclarecer.

No primeiro capítulo fiz um levantamento bibliográfico da história do Campo de Santana e dos incontáveis processos desenrolados nele, tentando compreender a paisagem urbana como uma narrativa histórica que se acumula no espaço, analisável da perspectiva da cidade enquanto camadas de ações humanas.

No segundo capítulo foram discutidos os conceitos de memória e lugares de memória, assim como foi feito o exame dos depoimentos de pessoas intimamente ligadas a região onde se situa o Campo de Santana com o objetivo de elucidar a opção popular pelo uso corrente do nome de alusão religiosa em vez do projetado Praça da República.

No terceiro capítulo foram apresentadas duas propostas de produto, uma para aplicação quando a escola puder deslocar os alunos para campo e outra para ser realizada remotamente (Jogo de Memórias), ou ambas paralelamente, no transcorrer de um projeto pedagógico. Descrevi minha experiência com a aplicação deste produto, bem como os desdobramentos da atividade. Optei conscientemente por apresentar o produto no terceiro capítulo por pretender analisar as impressões dos alunos antes e depois do trabalho, uma vez que estas são componentes da memória vivida assim como da memória adquiridas através das aulas de história.

Avaliando o conjunto da pesquisa considero de grande valia a possibilidade de construir um instrumento didático que atenda a, pelo menos, parte do patrimônio histórico do centro da cidade do Rio de Janeiro sem cair na sistemática “evolução” temporal ou na curiosidade dos passeios turísticos.

Partindo da minha realidade de professora da rede pública da educação básica onde tudo falta, produzir um material barato sempre foi condição primordial, uma vez que, somente desta forma, haveria a possibilidade de utilização por outros professores. Logicamente a atividade presencial confere um significado especial a vivência, no entanto, diante das adversidades impostas pelos poucos recursos e falta de segurança da cidade, a impressão do material torna o conhecimento mais próximo de tantos cariocas apartados do Centro Histórico.

O assombro dos alunos ao se depararem com a própria história foi extremamente gratificante. Do ponto de vista pedagógico, acredito que o produto atenda ao objetivo de se utilizar do patrimônio material como disparador para a abordagem de conteúdos relacionados a diversos períodos da História do Brasil. A ideia de inverter a perspectiva da abordagem ao partir da história local visando analisar processos mais amplos também superou a expectativa, ao despertar o interesse dos estudantes em aprender sobre objetos cotidianos e percebê-los como parte de um conjunto mais amplo.

Como era esperado, a prática inovadora enfrentou algumas resistências por parte de jovens preocupados com avaliações externas padronizadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ainda que eu argumentasse que a novidade quanto à metodologia não traria prejuízo ao cumprimento do currículo previsto, somente ao final do projeto houve o reconhecimento da aprendizagem efetiva. Compreendo a ansiedade dos discentes como uma maneira de nos apontar o quanto os métodos adotados adquirem um caráter de treinamento, sem deixar espaço para criatividade. O experimento descrito nesta pesquisa foi realizado com turmas do último ano da Educação Básica, portanto, o desconforto se deve muito mais ao fato da educação patrimonial tirá-los de um hábito construído ao longo dos doze anos de escolarização anteriores do que uma real preocupação com um possível prejuízo pedagógico.

Fazendo um balanço geral da aplicação do produto, acredito que trazer o jovem para o protagonismo da própria aprendizagem ao colocá-lo para explorar a cidade é tão significativo para a construção do cidadão quanto para o processo educativo escolar. A atividade extrapolou a previsão ao culminar na apropriação do espaço público baseada no empoderamento através do conhecimento e despertou o desejo de dar continuidade a sua construção fazendo valer o direito à cidade com visitas outros lugares além do Campo de Santana.

Para além do limite da dissertação, a obra dos estudantes ultrapassou mais uma vez os muros da escola. Ao ser convidada para participar do seminário promovido pela Justiça Federal sob o título “Intervenções na Zona Portuária: um novo olhar” a instituição optou por apresentar o móbile construído pelos alunos, juntamente com as imagens do processo de produção em formato de instalação. Desta forma, a escola se reconhece como produtora de conhecimento e agente histórico, reforçando a identidade dos moradores da região dentre os especialistas que apresentaram suas pesquisas como autores externos.

Esta criação ainda deixa muitas lacunas tanto na pesquisa histórica quanto na produção de materiais voltados para o ensino de história. Julgo este limite um ponto positivo por servir de partida para novas investigações. Contudo, se tiver conseguido ensinar a alguém que o espaço urbano é um direito de todos e nele fazemos e aprendemos história, terei atingido o objetivo principal da minha ação docente.

EPÍLOGO

Hoje o Campo de Santana é um espaço popular. São aposentados alimentando gatos e aves, pessoas em situação de rua lavando roupas, moradores do bairro se exercitando, bombeiros realizando provas de resistência física, transeuntes apressados e trabalhadores descansando após a refeição e mais todo tipo de carioca buscando se salvaguardar sob as árvores do sol inclemente refletido no asfalto. Como a literatura é boa amiga da História, encerramos esta pesquisa com a fluidez do trecho do conto “Sextou”, de Geovani Martins, publicado em 2018, que nos oferece uma imagem da dinâmica do Campo de Santana hoje:

“Não tava botando fé que aquelas nuvens tinham força pra fazer descer água, mas foi o que aconteceu. Fiquei pensando em como, às vezes, o perrengue de uns faz a alegria dos outros. Lembrei de dois moleques que conheci no Campo de Santana, numa vez que fui lá comprar um baseado na hora de almoço. Os dois eram do Fallet e tavam sempre juntos, pareciam até o Gordo e o Magro, sendo que os dois eram tão magros que as vezes parecia que eles iam quebrar se batesse um vento. Trabalhavam sempre com base na necessidade: se tava calor, vendiam água, se tava chovendo, vendiam guarda-chuva. No dia que conheci eles, o maluco que tava vendendo droga no Campo tinha sumido, tavam até falando que ele tinha rodado. Eu tava puto pensando que ia passar o resto do dia careta, e eles acabaram me salvando um, nem lembro como começou o papo. Só lembro que no meio do beck começou a relampejar, o vento aumentou. Eles saíram correndo:

_ É a chuva, falei pra tu que hoje ia cair, falei pra tu!

Gritei pra eles:

_ Ó o baseado!

Responderam:

_ Guarda-chuva é cinco, familhão é dez!”

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. *Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX*. In: _____. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 183-203.

_____. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ABREU, Maurício Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/JZE, 1987.

AHMED, Flávio. Estatuto da cidade, plano diretor e zoneamento urbano como instrumentos de proteção dos bens culturais. In: SOARES, Inês Virgínia Prado.

ALBUQUERQUE JR., D. *Regimes de Historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História*. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. B. *Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 19-42.

AMADO, J. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral*. História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção avaliação de aprendizagens em História. In: Giacomoni, Marcello Paniz; Pereira, Nilton Mullet (Orgs.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

ARIÉS, Philippe. *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água: Lisboa, 1988, 326 p.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17. ed. São Paulo: Ática, [s.d.]. (Bom Livro).

BÈDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CALDEIRA, Junia Marques. *A praça brasileira - trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990,

_____, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CATAJY, Lucia Romero & JUNQUEIRA, Fran. *Rio de cor*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2015.

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. 3. ed. Buenos Aires: AIQUE, 1998.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de histórias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

COLLARES, Darli. *Epistemologia genética e pesquisa docente: estudo das ações no contexto escolar*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

CUREAU, Sandra (org). *Bens culturais e direitos humanos*. Edição I, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.19-56.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Quando os subúrbios eram arradaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX*. In FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: Ed.UFF, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Demandas sociais e história do tempo presente*. In: VARELLA, Flávia; et al. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.121 – 124.

FORTUNA, Tânia Ramos. *Brincar é aprender*. In :GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 20. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Outros espaços. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Ditos e Escritos, n. 3).

Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>> Acesso: 17/06/17.

FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar é aprender. In: *GIACOMONI*, Marcello Paniz; *PEREIRA*, Nilton Mullet (Orgs.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 20. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Outros espaços. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Ditos e Escritos, n. 3).

GONÇALVES, Leidiane de Castro. *As transformações urbanas e o papel da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro joanino*. In :XXVII Simpósio Nacional de História. Natal.2013.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERMANN, Jacqueline. *O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil*. Topoi, v. 8, n. 15, jul.- dez. 2007, p. 124-158.

HOBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições (Introdução). In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO CENTRAL DO POVO.<https://imas-icp.webnode.com.br/quem-somos/o-inicio/>(Acessado em 21/05/2018)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

KNAUSS, Paulo. Prefácio. In: DE PAOLI, Paula Silveira. *Entre relíquias e casas velhas: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: PUC RIO, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: *La production de l'espace*.
LEFEBVRE, H. [1968] 2008. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LIMA, Evelyn Furquin Werneck. *De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas*. In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10; n.11, 2016.

MATTOZZI, Ivo. *Currículo de História e educação para o patrimônio*. Educ. rev. [online]. 2008, n.47, p.135-155. ISSN 0102-4698.

LIPPI, Lúcia *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LOYER, François. *Le Sacro- Couer de Montmartre*. In: NORA, P. *Les Lieux de mémoire* (org.), Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, tomo 3 *Les France* (3 vol., 1992). p.4253-4269.

LOYRETTE, Henri. *La tour Eiffel*. In: NORA, P. *Les Lieux de mémoire* (org.), Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, tomo 3 *Les France* (3 vol., 1992). P. 4270-4287.

MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

MELO Victor & MARZANO, Andrea. (Org.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*, (pp. 17-48). Rio de Janeiro: Apicuri.

NICODEMOS, A. Os sentidos de viver a cidade: o Rio de Janeiro como espaço vivido dos trabalhadores. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.B. *Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p.187-201.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP. n 10, 1993. Projeto História.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. *Patrimônio cultural na sala de aula*. In: VIII Encontro Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História, 2012, Campinas. Anais do... Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. Campinas: Unicamp, 2012. v. 1.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo: PUC-SP; Rio de Janeiro: Forense, n. 10, 1970.

POLLACK, Michael. *Memórias, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____, *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, n°1, set./dez. 1985.

Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, n°2, jan./abr. 1986.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Domínio público: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2051. Acessado em 20/06/2018.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SANTANA, Vítor. *Quem tem diploma é rei: O Discurso Técnico e as Tensões Sociais em um Rio de Janeiro de Tormentas (1937-1945)*. Monografia (Bacharelado em História). Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3a. ed., S.P., Ed. Brasiliense, 2014.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VARELA, Julia. ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar*. In: Teoria e educação, 6, 1992. (p. 69 – 97).

VASCONCELOS, Maria Lúcia. *Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

WEHLING, Arno. *Banco de pareceres do processo número 01450.004811/2008-18 de tombamento do Campo de Santana*, 2015.

ANEXO 1**Termo de assentimento do menor**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Campo de memórias e a batalha pela história”. Seus pais permitiram que você participasse. Queremos saber quais memórias permanecem sobre o Campo de Santana. Os adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 15 a 18 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no/a CAIC JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER – O TIRADENTES, onde os adolescentes responderão perguntas sobre sua experiência no Campo de Santana. Para isso, será usado/a gravador a fim de registrar seu depoimento. O uso do gravador é considerado seguro. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones 21 987943688 ou 21 24245266 e e-mail lennacarol@hotmail.com da pesquisadora/ professora Lenna Carolina da Silva Solé Vernin. Mas há coisas boas que podem acontecer como sabermos melhor o que as pensam sobre o Campo de Santana e incentivá-las a utilizar mais seu espaço como área de lazer. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa seu resultado será apresentado para os alunos no mural da escola e fará parte do trabalho final do Mestrado Profissional em Ensino de História da Prof. Lenna Carolina.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar ou a pesquisador/professora Lenna Carolina. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa “Campo de memórias e a batalha pela história”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do menor

ANEXO 2

Termo de Consentimento

Eu, _____, nacionalidade _____, idade, estado civil _____, profissão _____, endereço _____, RG _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “Campo de memórias e a batalha pela história”, cujos objetivo é saber quais memórias permanecem sobre o Campo de Santana.

A minha participação no referido estudo será no sentido de *conceder entrevista acerca de seu conhecimento sobre o Campo de Santana*. Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como sabermos melhor o que as pensam sobre o Campo de Santana e incentivá-las a utilizar mais seu espaço como área de lazer. Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, as perguntas realizadas pela pesquisadora podem gerar algum desconforto, no entanto, este será respeitado e você pode manter silêncio. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. A pesquisadora envolvida com o referido projeto é Lenna Carolina da Silva Solé Vernin e com ela poderei manter contato pelos telefones 21 2424-5266 e 21987943688 e e-mail lennacarol@hotmail.com.

É garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do participante

ANEXO 3

Cronologia

A sequência cronológica a seguir ilustra a diversidade de processos desenrolados no perímetro do Campo de Santana, bem como o importante conjunto arquitetônico formado especialmente ao longo do século XIX.

- 1710 - A ermida de São Diogo, que até então nomeava o campo, recebe a imagem e irmandade de Santana.
- 1735 – Devotos de Santana lançam os alicerces de sua própria igreja, popularizando a toponímia Campo de Santana.
- Final do século XVIII- São executadas obras de arruamento e drenagem da região a mando do Conde de Resende.
- Paralelamente ao melhoramento, é feita a doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de “império”, um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos”
- 1808 - Conde de Linhares escolheu parte da face norte do Campo para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, demolindo para essa finalidade o Império da Irmandade de Santana.
- 1818 - Segunda aclamação de João VI.
- 1818- Real Museu de História Natural;
- 1822 - Aclamação de D. Pedro I imperador.
- 1824– Outorga da Constituição;
- 1824 - Senado do Império;
- 1825 - Senado da Câmara (Câmara Municipal,);
- 1825-28 Embate entre as tropas imperiais e o revoltado batalhão de estrangeiros contratado para atuar na guerra Cisplatina.
- 1831 - “Exaltados” exigiram do Imperador d. Pedro I a queda do ministério que culminou com a abdicação
- 1831 - Aclamação de D. Pedro II imperador.

- 1852 - Teatro Provisório (Construído para substituir o Teatro São Pedro durante os três anos previstos de reformas decorrentes do incêndio ocorrido em 1851);
- 1853 - Teatro Lírico Fluminense (antigo Teatro Provisório);
- 1858 - Estação Estrada de Ferro D. Pedro II (no local da Igreja de Santana);
- 1864 - Corpo de Bombeiros;
- 1868 - Casa da Moeda; 1818 - instalação de um chafariz, dois tanques e 22 bocas d'água;
- 1874 - Escola Normal (atualmente E.M. Rivadávia Corrêa).
- 1888 - Comemoração da assinatura da Lei Áurea;
- 1889 - Proclamação da República;
- Primeira República – conflitos entre florianistas e opositores do governo;
- 1904 - Revolta da Vacina;
- 1930 – Instalação de junta militar pelo Ministério da Guerra para derrubar Washington Luís;
- 1931, 1937, 1937, 1945, 1955, 1961, 1964 – Cristalização de posições políticas vitoriosas decididas por altos escalões militares;
- 1944 – Inaugurações da Avenida Presidente Vargas
- 1956 – Estudantes da faculdade de Direito da UFRJ protestam contra aumento das tarifas de bonde e militares do exército montam cerco contra eles acampados no Campo de Santana;
- 1964 – Comício de João Goulart na Central do Brasil;
- 2014 – Morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade enquanto registrava manifestações políticas, gerando uma verdadeira cruzada pela criminalização dos movimentos populares por parte da grande mídia brasileira.

ANEXO 4

Periódico “Novidades” de 27 de fevereiro de 1890

Consultado em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830321&pasta=ano%20189&pesq=praça%20da%20republica> acessado em 22/07/2018.

Ano 1890|Edição 00046 (1)

NOVIDADES — Rio de Janeiro, Quinta-feira 27 de Fevereiro de 1890

DENOMINAÇÃO DAS PRAÇAS, RUAS E TRAVESSAS DA CAPITAL FEDERAL.—
Pela secretaria do conselho da Intendencia Municipal publica-se, para conhecimento de quem convier, que o mesmo conselho delibrou, em sessão de 21 do corrente, providenciar em relação ás denominações das praças, ruas e travessas desta capital federal, do seguinte modo:

(N. 1)

PRAÇAS, RUAS E TRAVESSAS, AS QUAES DE HGJE. EM DIANTE SÃO RES-
VITUIDAS SUAS ANTIGAS DENOMINAÇÕES E DADOS NOVOS NGMES.

Nomes actuaes	Nomes novos e antigos conservados
Praça da Acclamação.	Praça da Republica.
Praça de D. Pedro II.	Praça 15 de Novembro.
Praça da Constituição.	Praça Tiradentes.
Praça de Isabel a Redemptora.	Largo da Lapa.
Travessa Afonso Celso.	Travessa Pirahy.
Rua Almirante Delamare.	Rua das Laranjeiras.
Rua Andrade Figueira.	Rua Paulino Fernandes.
Rua Antonio Prado.	Rua da Saude.
Rua Barão de Capanema.	Rua V. Leopoldo.
Rua Barão de Ibiaruna.	Rua Campo Alegre.
Rua Barão de Loreto.	Rua Aurea.
Rua Bella da Princeza.	Rua Nunes Machado.
Boulevard do Imperador.	Boulevard de S. Christovão.
Praça D. Pedro I.	Campo de S. Christovão.
Rua de S. Francisco de Assis.	Rua da Carioca.
Praça Ferreira Vianna.	Rua do Cattete.
Rua do Conde d'Eu.	Rua de Frei Caneca.
Rua do Conselheiro Afonso Celso.	Rua de Luiz Barbosa.
Rua José do Patrocinio.	Rua do Livramento.
Rua João Alfredo,	Rua da Quitanda.
Rua Rodrigo Silva.	Rua dos Ourives.

Rua Senador Bernardo de Vasconcellos.
 Rua Visconde de Ouro Preto.
 Olympo Imperial.
 Rua Dons Isabel.
 Rua Dona Januária.
 Rua Firmo de Moura.
 Rua Silveira Martins.
 Rua Barão de Poranapicaba.
 Rua Príncipe do Grão Pará (no morro da Quinta).
 Rua Barros Sobrinho.
 Rua Treze de Maio.
 Rua Visconde Américo Lima.
 Praça da Redenção.
 Rua do Coronel Carvalho.
 Rua Commandante Tamborim.
 Rua Condé de Baependy.
 Rua Conselheiro Sampaio Vianna.
 Rua Pereira Franco.
 Rua Dr. Dias Ferreira.
 Rua Rodrigues dos Santos.
 Rua Torquato Couto.
 Rua Nery Ferreira.
 Rua Oliveira Rosario.
 Rua Tenente-coronel Silva Veiga.
 Boulevard Ferreira Nobre.
 Rua Dr. Silva Rabello.
 Rua Dr. Constante Jardim.
 Rua Thomaz Rabello.
 Rua Dr. Nabuco de Freitas.

Rua do Senado.
 Rua Otto de Dezembro.
 Morro do Barro Vermelho.
 Rua das Alvarozas.
 Rua da Paratyba do Norte.
 Rua do Amazonas.
 Rua do Commandante Silveira.
 Rua do Areal.
 Rua da Bahia.
 Travessa Alhija.
 Rua da Guarda Velha.
 Rua Nova de S. Leopoldo.
 Largo do Denosito.
 Rua Matrix do Engenho Novo.
 Rua Barboza.
 Rua Concordia.
 Rua do Bispo.
 Rua Nova do Alcantara.
 Rua do Sapé.
 Rua Maria do Amaral.
 Rua Braço de Ouro.
 Rua S. Salvador.
 Rua Theresina.
 Rua S. Luiz Gonzaga.
 Morro do Vintem.
 Rua do Basilio.
 Rua Mauá.
 Travessa Onze de Maio.
 Travessa do Bonjardim.

N. 2

RUAS COM DUPLICATA DE NOMES QUE PASSAM A TER NOVAS DENOMINAÇÕES

Nomes actuaes

Rua Amelia (Engenho-Novo)
 Rua do Barão de S. Felix (E. Novo)
 Rua Carlos Gomes (Engenho-Novo)
 Rua Conceição (Engenho-Novo)
 Rua Conselheiro Zacharias (E. Novo)
 Rua D. Anna (Engenho-Novo)
 Rua D. Anna S. Christovão.
 Rua D. Carolina (Engenho-Novo)
 Rua D. Carolina (Engenho-Novo)
 Rua D. Felicidade (Engenho-Velho)
 Rua D. Luiza (Engenho-Novo)
 Rua Floresta (Espírito Santo)
 Rua da Gloria (Engenho-Novo)
 Rua Leopoldina (Engenho-Novo)
 Rua das Mangueiras (E. Novo)
 Rua Mauá (Engenho-Novo)
 Rua Oliveira Pausto (Engenho-Velho)
 Rua do Pião (Engenho-Novo)
 Rua Primeira (Engenho-Novo)
 Rua Sant'Anna (Engenho-Velho)
 Rua S. João Baptista (E. Novo)
 Rua S. Joaquim (Engenho-Novo)
 Rua Segunda (Engenho-Velho)
 Rua Silva (Engenho-Novo)
 Travessa de S. Domingos (Lagôa)
 Travessa de S. Luiz (Engenho-Novo)
 Rua Terceira (Engenho-Velho)
 Rua Todos-os-Santos (Lagôa)

Nomes novos

Rua Tenente Costa.
 Rua Pernambuco.
 Rua de S. Paulo.
 Rua do Minas.
 Rua do Rio de Janeiro.
 Rua Piauí.
 Rua Garibaldi.
 Rua Chico Diabo.
 Rua General Bento Gonçalves.
 Rua Bernardo Pires.
 Rua Odorico Mendes.
 Rua Salvador Pires.
 Rua do Padre Miguelino.
 Rua do Capitão Rezende.
 Rua de Castro Alves.
 Rua Alvares de Azevedo.
 Rua Fereira de Andrade.
 Rua Dr. Maciel.
 Rua Vaz Toledo.
 Rua Ayres Gomes.
 Rua Domingos Vidr.
 Rua Basilio de Brito.
 Rua Americana.
 Rua General Tiburcio.
 Rua Junqueira Freire.
 Travessa da Lagoa.
 Travessa Maria de Dirceu.
 Rua Tenente-coronel Madureira.
 Rua do General Menna Barreto.

Banco Liberal

Rua da Liberdade.

Secretaria do conselho de Intendencia Municipal da capital federal dos Estados Unidos do Brazil, em 24 de Fevereiro de 1890 -- O secretario do conselho, J. A. de Magalhães Castro Sobrinho.

ANEXO 5

Correção da carta do jogo voltado para atividade presencial referente à
“Rua dos Inválidos”.

7 - Rua aberta como primitivo alinhamento do Campo de Santana durante o governo do Conde de Resende (1793 – 1801). Seu nome remete ao asilo construído em 1794 para abrigar soldados feridos em guerra.



Igreja de Santo Antônio dos Pobres (Rio de Janeiro, RJ)

Malta, Augusto, sem data.

ANEXO 6

Fragmentos de textos de época utilizados como disparadores para as reflexões que compõe o “Móbile”.

“Subimos o morro por um caminho íngreme bordado de águas empapadas por onde vão negras maltrapilhas, moleques desnudos, tipos suspeitos de lenço no pescoço. É impossível acreditar que no Centro habite gente tão estranha, com uma vida tão própria.”

Jornal Gazeta de Notícias, 21 de maio de 1903.

“Favella trecho inédito do Rio – a morada dos gatunos e desordeiros:

_ Se tens coragem, vai lá em cima. Eu fico. Muito cuidadinho com a pele. Adeus! Estas palavras nos dizia um prudente cavalheiro, vendo passar as locomotivas bem ao sopé do morro da Favella. A povoação ali é outra, uma porção de trabalhadores e, de vagabundos por entre nuvens de poeira, cosendo-se as casas sórdidas e mal alinhadas. (...)

Neste morro da Providência moram os mais terríveis malandros do mundo, com mulheres tremendas e assassinatos semanais.

_ Isso é literatura demais!

_ Literatura? Olha se gostas...

_ Muitas mortes?

_ Semanalmente.

_ Pois então eu subo.

_ Bom proveito!”

Jornal Gazeta de Notícias, 1903

“O bairro onde o assassinato é natural abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem, a Rua da Harmonia a do Propósito, a do Conselheiro Zacarias, que são paralelas à Rua da Gamboa, a do Santo Cristo, a do Livramento e a atual Rua do Acre. Naturalmente as ruas que a limitam ou que nelas terminam participam do estado de alma dominante.

Esse caso da Saúde...é antes um exemplo da influência do bairro, desse bairro rubro, cuja história sombria passa através dos anos encharcada de sangue. (...)

A vulgaridade da populaça! Há por aqui entre marçanos fortes, gente boa. Há também gente ruim. Estão fatalmente destinados ou a apanhar ou bater, desde crianças. É a vida. Alguns são perversos: provocam, matam. Vais ver. Nasceram aqui, de pais trabalhadores.”

João do Rio, 1904

“Grande parte do Campo de Santana estava já coberta dos ranchos sentados em esteiras, ceando, conversando, cantando modinhas ao som de guitarra e viola. Fazia gosto passear por entre eles, e ouvir aqui a anedota que contava um conviva de bom gosto, ali a modinha cantada naquele tom apaixonante poético que faz uma das nossas raras originalidades, apreciar aquele movimento e animação que geralmente reinavam...”

Macedo, Joaquim Manuel.

Memórias de um sargento de milícias, 1808/09.

“Desde o escurecer era realmente deslumbrante aquele cenário. Naquela praça enorme, a fileira de barracas parecia um muro alvo lavrado pelas chamas; a multidão com suas vestimentas pitorescas, apinhada no chafariz que aí existia, ou movendo-se em grupos, lembrava um quadro de mestre da escola veneziana; ao ombro da montanha descansava a abóboda do firmamento, e a Igreja de Santana, com sua torre caiada, destacava-se ao fundo, num céu calmo e estrelado.”

Moraes Filho, Melo de.

Festas e tradições populares no Brasil, 1895.

“(…) No campo de batalhas gente jovem em busca de fortuna e o “vulgum pecus” dos negros, negras, mulatas livres e cortesãs de baixa categoria, os quais são os reis da festa. A festa, então, transforma-se numa orgia.”

Debadie, viajante francês que visitou o Rio de Janeiro em 1851.

“(…) As comemorações de terça-feira tinham menos de ‘haulte graisse’ [sujeira proveniente de latrina], como diria Rebelais, e mais brilho (...). Havia sobre o Campo uma profusão espantosa de luzes que lhe conferiam um aspecto mágico.”

Debadie, viajante francês que visitou o Rio de Janeiro em 1851.

“(…) Pobre, beato e sujo, o Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis! De que te servia o quadro da natureza amiga e portentosa(...), se a obra do homem ofendia a obra linda de Deus? Ofendia e humilhava(...)

Luiz Edmundo, escreveu em 1932 suas Memórias sobre o Rio de Janeiro antes da Reforma Passos (1902-06).

“Mas o Brasil é um país *adiantado*; acha ridículas as tradições e desfaz-se delas; absolvendo os demais povos que dessas futilidades que *envergonham*, trata de encobri-las e mostra-se sério (...)

Moraes Filho, Melo de.

Festas e tradições populares no Brasil, 1895.

“Parece mais um campo afastado do que o centro de uma grande capital, como por vários motivos deveria ser considerado. É ali que se realizam as paradas militares celebrativas dos dias da independência e da aceitação do regime constitucional. O que mais me interessou no Campo de Santana foi a lavanderia constantemente ocupada por numerosas negras...”

Herman Burmeister, viajante naturalista alemão que visitou o Rio de Janeiro em 1853.

‘V.V.S.Sas. hajão de lhe conceder licença para continuar com o dito bilhar sujeitando-se o publicante a ser multado todas as vezes que se encontrarem ali pessoas suspeitas (...)’

Requerimento de licença para jogo de bilhar feito pelo italiano Domingos D’Ambrory à Câmara em 1832.

“Atentados contra a moral pública

De dia em dia vão se descobrindo novos fatos que envergonham uma capital civilizada. Nos dias 21 e 22 do corrente houve numa casa do Largo da Carioca e na Rua do Cano esquina da Rua da Vala ajuntamentos de negros e negras que se deleitaram durante muito tempo no seu africano batuque. A indecência de uma tal dança, as vozerias de que ela é acompanhada, revoltam a educação menos escrupulosa, e dão nesses ‘soirée pretos’ matéria aos cronistas viajantes para escreverem sobre o Brasil um livro (...).

Esses batuques ou bailes do Congo, pretendem continuar; é bom que a polícia intervenha e coloque esses bem-aventurados pares em lugares onde possam *bailar sem serem vistos pelas famílias decentes e honestas.*”

Editorial do jornal “Diário do Rio de Janeiro” em 24 de junho de 1852.

“Falou o nobre deputado no ajardinamento do Campo da Aclamação. Esse ajardinamento é a satisfação de uma necessidade pública e muito há de influir não só na salubridade desta capital como nos costumes da população. Todos compreendem que uma cidade como a do Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de refrigerios, para que a população se distraia (...)”

João Alfredo, conselheiro do império, 1874.

“É o maior da cidade, propriamente dito [...]. Este jardim oferece um belo passeio, que se tornará mais agradável ano a ano na medida em que crescerem os bosquetes que o decoram. Durante o inverno, é frequente que o mau tempo afugente as gaivotas do mar e que elas venham ao jardim, onde sua plumagem quase branca contrasta vivamente com o verdor do gramado.”

Allain, viajante francês em 1886.

“Sem ser comparável ao horizonte que se abre do terraço do Passeio Público, a vista dos que caminham pelo jardim do campo para os morros de Santa Teresa e do Livramento e o pico da Tijuca não carecem de grandeza.

(...) Esses dois belos jardins são, infelizmente, pouco frequentados, e quase exclusivamente pela população estrangeira.”

Allain, viajante francês em 1886.

Jogo de cena com o ganso era mato

O pato

(Neuza Teixeira / Jaime Silva)

O pato vinha cantando alegremente,
 quém, quém
 Quando um marreco sorridente pediu
 Pra entrar também no samba, no samba,
 no samba

O ganso gostou da dupla e fez também
 quém, quém
 Olhou pro cisne e disse assim "vem,
 vem"
 Que o quarteto ficará bem, muito bom,
 muito bem
 Na beira da lagoa foram ensaiar
 Para começar o tico-tico no fubá
 A voz do pato era mesmo um desacato

Mas eu gostei do final quando caíram
 n'água
 E ensaiando o vocal quém, quém, quém,
 quémqué, qué, qué, qué, qué, qué, qué,
 qué, qué, qué

Jaime Silva (1921-1973) era um negro alto, elegante e simpático”, segundo Ruy Castro no livro “Chega de saudade”. Alagoano de nascimento, mas morando no Rio de Janeiro desde menino, era sapateiro do serviço de intendência do exército, além de pandeirista e eventual compositor, nas horas vagas. Costumava namorar sua futura esposa, no Campo de Santana, onde observando

patos e marrecos se esbaldarem no laguinho local prometia, contemplativo: “ainda vou fazer uma música com esses patinhos...”.

E isso de fato logo aconteceu, quando ele compôs, com a parceira Neuza Teixeira, “Aves no samba”, título que modificaria para “O pato”, por sugestão de João Gilberto. Como “Lobo bobo”, “O pato” acabou caracterizando o lado galhofeiro da Bossa Nova, concentrado na letra que descreve a exótica cena de um quarteto vocal, formado pelo pato, o marreco, o ganso e o cisne ensaiando à beira da lagoa o “Tico-tico no fubá”.

Cartas do Rio (*)Acontecimento único

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era.

Em todo o caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade.

Como trabalho de saneamento, a obra é edificante. Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.”

Aristides Lobo, 1889.

(*) Cartas do Rio era o título da coluna que o jornalista mantinha no jornal “Diário popular”.

ANEXO 7**Cartas do “Jogo de Memórias”**

Campo de Santana – séc. XIX



Limite do campo de Santana; local aproximado da construção da igreja de Santana

Campo de Santana – séc. XXI



Campo de Santana visto do quartel de bombeiros. Localização aproximada da igreja de Santana: prédio da estação Central do Brasil.

Memória monárquica



Placa de reconhecimento da memória resistente sobre o espaço do parque. Embora a data indique o ano do início dos trabalhos de Glaziou encomendado pelo império, o brasão que a cobre representa a república. Acesso principal.

Memória monárquica



Este espaço é conhecido ainda hoje pela nomenclatura originada no século XVIII mesmo tendo recebido muitos outros nomes depois disso.

Avenida Presidente Vargas - século XX



Avenida aberta para ligar o centro à zona norte da cidade, inscrevendo na memória o nome do presidente do Brasil a época, resultando na redução de 18% da área do parque projetado por Glaziou. Local onde o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido por um rojão em 2014 durante uma manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, dando início a uma campanha midiática de criminalização das manifestações populares.

Avenida Presidente Vargas – século XXI



Avenida aberta para ligar o centro à zona norte da cidade, inscrevendo na memória o nome do presidente do Brasil a época, resultando na redução de 18% da área do parque projetado por Glaziou. Local onde o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido por um rojão em 2014 durante uma manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, dando início a uma campanha midiática de criminalização das manifestações populares.

Quartel General do Exército

Atual palácio Duque de Caxias.



Entrada do Quartel General Do Exército, ponto provável da “Proclamação da República” lugar onde inicialmente fora instalado o “Monumento à Humanidade” homenageando Benjamin Constant e sua esposa.

Palácio Duque de Caxias.

Antigo Quartel General do Exército



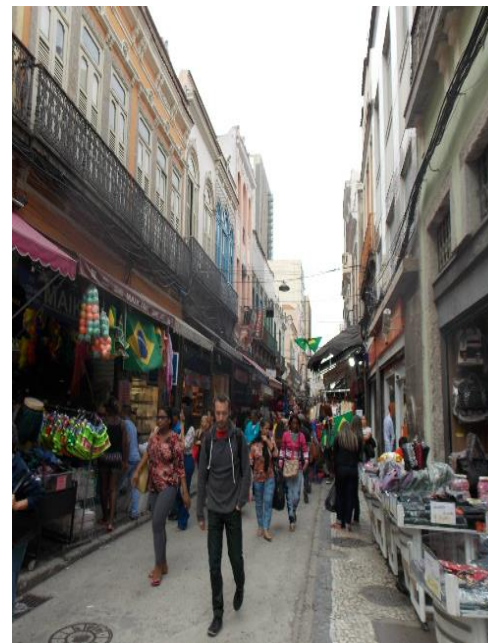
Prédio construído no lugar Do Quartel General do Exército para abrigar o Ministério da Guerra em 1941, quando o Rio de Janeiro era capital do Brasil. Abriga atualmente dependências do Comando Militar do Leste.

SAARA



Comércio popular caracterizado pela diversidade étnica devido a onda de imigração durante virada do século XIX para o XX, especialmente de sírios e libaneses conhecidos como “turcos” por portarem passaporte do Império Turco-Otomano. Recebeu também judeus de diversas origens, portugueses e espanhóis, além de recentemente observarmos o estabelecimento de muitos chineses.

SAARA



Comércio popular caracterizado pela diversidade étnica devido a onda de imigração durante virada do século XIX para o XX, especialmente de sírios e libaneses conhecidos como “turcos” por portarem passaporte do Império Turco-Otomano. Recebeu também judeus de diversas origens, portugueses e espanhóis, além de recentemente observarmos o estabelecimento de muitos chineses.

Casa Histórica de Deodoro



Detalhe da placa instalada na fachada da residência do Marechal Deodoro da Fonseca, conhecido como “Proclamador da República.”

Casa Histórica de Deodoro



Residência do Marechal Deodoro da Fonseca, conhecido como “Proclamador da República”. Hoje funciona como uma casa museu.

Rua dos Inválidos



(Igreja de Santo Antônio dos Pobres)

Rua aberta como primitivo alinhamento do Campo de Santana durante o governo do Conde de Resende (1793 – 1801). Seu nome remete ao asilo construído em 1794 para abrigar soldados feridos em guerra.

Rua dos Inválidos



(Centro Empresarial Senado – Petrobrás)

Rua aberta como primitivo alinhamento do Campo de Santana durante o governo do Conde de Resende (1793 – 1801). Seu nome remete ao asilo construído em 1794 para abrigar soldados feridos em guerra.

“Monumento à Humanidade”.



(Detalhe da representação de Benjamin Constant)

Monumento doado por positivistas em homenagem à Maria Joaquina da Costa Botelho Magalhães e seu esposo Benjamin Constant, lembrado como “fundador da República”. Foi instalado em 1926 diante do Palácio do Exército, em 1945, devido à abertura da Avenida Presidente Vargas, foi substituído pelo Panteão de Caxias e transferido para o centro da área remanescente do Campo de Santana.

“Monumento à Humanidade”.



Monumento doado por positivistas em homenagem à Maria Joaquina da Costa Botelho Magalhães e seu esposo Benjamin Constant, lembrado como “fundador da República”. Foi instalado em 1926 diante do Palácio do Exército, em 1945, devido à abertura da Avenida Presidente Vargas, foi substituído pelo Panteão de Caxias e transferido para o centro da área remanescente do Campo de Santana.

Estação D. Pedro II



Antiga estação d. Pedro II inaugurada em 1858, conhecida anteriormente também como Estação do Campo e Estação da Corte. Para sua construção foi necessária a demolição da Igreja de Santana em 1855.

Estação Central do Brasil



Inaugurada em 1858 como Estação do Campo, mais tarde, Estação da Corte e, até 1998 era chamada de estação D. Pedro II. A estação hoje se chama Central do Brasil devido à antiga ferrovia extinta em 1971; este já era o nome informal da estação, e passou a oficial depois das filmagens do filme a que esta deu nome.

Arquivo Nacional



Construído para abrigar 2ª Exposição Nacional da Indústria em 1866, recebeu a Casa da Moeda entre 1868 e 1984, quando passou a ser ocupado pelo Arquivo Nacional, espaço de preservação de antigos documentos importantes para a preservação da memória e pesquisa histórica.

Arquivo Nacional



Construído para abrigar 2ª Exposição Nacional da Indústria em 1866, recebeu a Casa da Moeda entre 1868 e 1984, quando passou a ser ocupado pelo Arquivo Nacional, espaço de preservação de antigos documentos importantes para a preservação da memória e pesquisa histórica.

Senado do Império



A primeira sede do Senado do Império foi construída em 1819 para ser a residência do Conde dos Arcos, último governante do Brasil até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro.

Em 1824, com o Brasil já independente de Portugal, o edifício foi comprado pelo imperador Dom Pedro I para a instalação do senado. Para adaptar o prédio à nova função, foi escolhido o arquiteto oficial do império, Pedro Alexandre Cravoé, que na reforma usou referências neoclássicas europeias da época. O senado ocupou o palácio de 1826 a 1925. Atualmente, o prédio abriga a Faculdade de Direito da Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Faculdade de Direito-UFRJ



Primeira sede do senado do império, atualmente, o prédio abriga a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio De Janeiro.

Museu Real



Antigo Museu Real/Imperial. Neste prédio funcionou de 1907 a 1985 o Arquivo Nacional; posteriormente, por um curto período (1986 a 1988), abrigou a Casa da Moeda antes de ser transferida para Santa Cruz. Atualmente funciona como Museu da Casa da Moeda.

Museu Casa da Moeda



Antigo Museu Real/Imperial. Neste prédio funcionou de 1907 a 1985 o Arquivo Nacional; posteriormente, por um curto período (1986 a 1988), abrigou a Casa da Moeda antes de ser transferida para Santa Cruz. Atualmente funciona como Museu da Casa da Moeda.

Gafieira Elite



Construído para ser residência oficial de Duque de Caxias, o mesmo supervisionou diretamente a obra do imóvel de onde poderia observar o movimento das tropas dentro do Campo de Santana por suas 14 aberturas. Anteriormente, no período joanino (século XVIII), no mesmo lugar morou o intendente geral da polícia Paulo Fernandes Viana, pai da esposa de Duque de Caxias.

Desde 1930 abriga um clube de dança ironicamente batizado de gafieira após a crítica de um jornalista através da imprensa acusando-o de ser um “lugar de gafe” (maus modos).

Gafieira Elite



Durante o segundo império brasileiro, com os bailes da corte se popularizando pela cidade, foram criadas as sociedades dançantes, clubes onde se aprendia a dançar e onde se promoviam bailes frequentados por camadas mais abastadas da sociedade carioca como associados. Depois das sociedades dançantes surgiram os clubes recreativos fundados por comerciantes e profissionais liberais que não tinham acesso aos salões nobres ou às sociedades dançantes mais elitizadas, por preconceito, posição social ou raça. Para quem não queria (ou podia) se associar a um clube, existiam as gafieiras, onde eram realizados bailes populares que podiam ser frequentados mediante pagamento de uma entrada.

Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge.



As obras da igreja de São Gonçalo, iniciadas em 1750 perduraram até 1780. Em 1850, a então igreja de São Jorge, na esquina das Ruas Luís de Camões (à época, de São Jorge) e a rua Gonçalves Ledo, estava em lamentável estado de conservação, razão pela qual a igreja de São Gonçalo deu acolhida à imagem do santo. Em 1854, as irmandades se uniram constituindo a venerável confraria dos gloriosos mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge.

São Jorge, que representa Ogum para os dos seguidores das religiões afro – brasileiras, tem muitos devotos. No dia dedicado ao santo, 23 de abril, é feriado municipal (desde 2002), e estadual (desde fevereiro deste ano de 2008), as missas começam às 05 h e seguem por todo o dia com a igreja sempre lotada de católicos e umbandistas.

Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge.



As obras da igreja de São Gonçalo, iniciadas em 1750 perduraram até 1780. Em 1850, a então igreja de São Jorge, na esquina das Ruas Luís de Camões (à época, de São Jorge) e a rua Gonçalves Ledo, estava em lamentável estado de conservação, razão pela qual a igreja de São Gonçalo deu acolhida à imagem do santo. Em 1854, as irmandades se uniram constituindo a venerável confraria dos gloriosos mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge.

São Jorge, que representa Ogum para os dos seguidores das religiões afro – brasileiras, tem muitos devotos. No dia dedicado ao santo, 23 de abril, é feriado municipal (desde 2002), e estadual (desde fevereiro deste ano de 2008), as missas começam às 05 h e seguem por todo o dia com a igreja sempre lotada de católicos e umbandistas.